



**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Boa tarde a todas e a todos.

Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 246, de 2018, de minha autoria, para debate sobre proposta de revogação de dispositivos do Estatuto de Defesa do Torcedor relacionados às torcidas organizadas.

Convido para compor a Mesa o Sr. Alex Minduím, Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil — ANATORG (*pausa*); o Major PM Hilmar Faulhaber Neto, Subcomandante do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (*pausa*); o Sr. Rodrigo Gonzalez Tapia, Presidente da Torcida Organizada Gaviões da Fiel, do Corinthians (*pausa*); o Sr. Pedro Rubim Borges Fortes, Promotor do Grupo de Atuação Especializada do Desporto e Defesa do Torcedor do Ministério Público do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Devido à falta de espaço nesta mesa, os demais convidados sentarão nas primeiras fileiras deste plenário. Devo esclarecer que S.Sas. integram de fato esta Mesa de honra.

Anuncio então a presença de Pedro Sampaio, Presidente da Torcida Organizada Força Jovem do Vasco; André Guerra, da Torcida Mancha AlviVerde; Cleomar Marques, da Força Jovem do Goiás; Francisco Márcio Martins, representante da Frente Parlamentar de Torcedores e Torcidas de Fortaleza; Desirée Martins, da Jovem Garra Tricolor do Fortaleza.

Informo que justificaram a ausência os convidados Leandro Cruz Fróes da Silva, Ministro do Esporte; Darcy de Souza Filho, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Mauro Cezar Pereira, jornalista da *ESPN*; Eric Faria, jornalista da *TV Globo*; Fabiano Dallazen, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Coronel Mário Yukio Ikeda, Comandante-Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Também foram convidados, mas não responderam ao convite, o representante da Torcida Organizada Raça Rubro-Negra, do Flamengo; o representante da Torcida Organizada Independente, do São Paulo; o representante da Torcida Organizada Camisa 12, do Internacional; o Comandante do Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos de São Paulo; o Comandante do Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos de Minas Gerais; o consultor de segurança em estádios Wanderley Benevides e representantes da grande mídia nacional esportiva.



Antes de passar a palavra aos nossos convidados, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado, ou seja, não pode ser interrompido durante sua fala. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida réplica de qualquer participante que seja citado durante o debate.

Comunico que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, cujo *link* está disponível na página da Comissão do Esporte no Portal da Câmara dos Deputados, possibilitando, assim, a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

A título de esclarecimento aos que estão aqui presentes, ressalto que o objetivo deste projeto do Deputado Major Olimpio é extinguir as torcidas organizadas.

Para iniciar os debates, tem a palavra o Sr. Alex Minduím.

**O SR. ALEX MINDUÍM** - Muito boa tarde a todas e a todos.

Muito obrigado pelo convite, nobre Deputado Capitão Fábio Abreu. É de extrema valia estar nesta Casa discutindo algo que diz respeito a uma das maiores paixões nacionais, o futebol, e sobretudo ao conjunto das torcidas organizadas, que não só enaltecem os estádios como também executam um trabalho formidável nas suas respectivas localidades, nas suas respectivas regiões.

Quero, em nome da Força Jovem, da Mancha Verde, da Gaviões da Fiel, da JGT, da Força Jovem do Goiás, saudar todos os presentes, sobretudo a Mesa composta, e dizer que estou muito feliz em participar mais uma vez deste processo de discussão produtiva, que possibilita, acima de tudo, grande aprendizado mútuo nesta Casa.

Deputado, a ANATORG é uma associação que representa hoje, em nível nacional, 204 torcidas. Ela está organizada em 21 Estados e tem 19 diretores-executivos. Ela vem se tornando, ao longo dos anos, quase em uma prestadora de serviços dos clubes, das torcidas organizadas, do Ministério Público, do policiamento militar, justamente por ser uma instituição composta de torcedores e ex-torcedores organizados. Alguns ainda estão inseridos em suas respectivas torcidas organizadas, outros já tiveram certa atuação durante um período de suas vidas. Nesse sentido, temos contribuído com o debate, expondo a nossa linha de pensamento sobre as diversas dicotomias que ocorrem no nosso País, um



país de dimensões continentais, em que cada Estado tem a sua realidade, cada Estado tem a sua problemática. O intuito da ANATORG é auxiliar todos esses agrupamentos que compõem esse cenário que envolve o futebol.

No que tange ao Estatuto do Torcedor, há muito tempo temos debatido, discutido, e temos defendido alteração implacável sobretudo do art. 39, pois entendemos que as torcidas organizadas não só fazem parte do espetáculo futebolístico como também contribuem com a nossa sociedade. Muitas vezes, elas fazem o papel que o Estado deixou de fazer, atendem sobretudo a nossa massa de juventude oriunda dos grandes centros, especialmente das periferias.

Esse artigo menciona, Deputado, que as torcidas devem ser punidas na sua totalidade. E nós defendemos que o indivíduo, com seu CPF, seja identificado, seja punido, seja colocado diante do rigor da lei. Boa parte das torcidas, no Estado de São Paulo, no Estado da Bahia, no Estado de Santa Catarina, sobretudo no Estado do Ceará, faz um papel infinito. No Estado de São Paulo, atuam através de seus projetos sociais e também de suas exposições nas respectivas escolas de samba. No Nordeste, atuam através de seus projetos sociais e das suas exposições dentro e fora da arquibancada, elaborando festas e entreterendo a juventude.

Pois bem, há mais de 23 anos, Deputado, temos feito o mesmo debate, o mesmo imbróglio, no sentido de que torcida organizada é um mal para o nosso futebol. Na verdade, nós temos a plena certeza de que a torcida organizada oferece auxílios e poderá dar suporte para alavancar ainda mais essa estrutura futebolística tão combatida. E está combatida não pela ação das torcidas organizadas, Deputado, mas pela maneira como ela está sendo gerenciada, está sendo administrada, está sendo formalizada.

Diante de todo esse cenário, muitas vezes os canais de imprensa, muitas vezes os órgãos públicos apregoam que as torcidas organizadas são as grandes vilãs do futebol brasileiro. Nós nos colocamos contra esse tipo de posicionamento. Temos plena certeza de que as torcidas organizadas podem não só fazer parte do futebol como também auxiliar, ajudar a melhorar essa estrutura, que está falida.

Está falida por quais motivos, por quais razões? Está falida por conta do nosso calendário, totalmente descontrolado; está falida por conta de políticas individualistas das federações nos respectivos Estados; está falida por conta do desrespeito ao seu bem maior, que são os torcedores.



Nós defendemos, Deputado, que pudéssemos ter uma política nacional uniforme, em que o policiamento pudesse ter o seu departamento específico para cuidar dessas questões de eventos, em que as torcidas pudessem transitar com tranquilidade nos seus respectivos Estados e em que pudéssemos apresentar, dentro dos nossos estádios, as nossas festas, porque foi para isso que as torcidas foram criadas.

Ao longo desses 23 anos, o discurso no sentido de combater a violência e melhorar o futebol é o de que precisávamos tirar as faixas das torcidas organizadas, tirar as batucadas das torcidas organizadas, tirar as bandeiras das torcidas organizadas. E hoje chegamos ao ponto máximo, ao cúmulo do cúmulo, que é instituir torcida única em alguns Estados. Nós tivemos 23 anos para apresentar um outro panorama, um outro tipo de projeto, um outro viés, e há mais de 4 anos a ANATORG, em oportunidades como esta, vem dizendo que, para se combater a dita violência, o dito conflito entre torcedores organizados, basta promover as festas nas arquibancadas.

Nós temos exemplos, Deputado. Um dos maiores exemplos no nosso País, de que a ANATORG tem orgulho não só de participar mas também de auxiliar, é o Estado do Ceará, que já foi considerado o quinto Estado mais violento do mundo e o primeiro do País. Hoje, o Estado do Ceará dá uma verdadeira aula de como as torcidas organizadas devem ser visualizadas, devem ser escutadas e, acima de tudo, devem participar. Esse Estado é um dos poucos em que as torcidas podem dividir os seus espaços, com 50% para cada uma. Ele é um dos poucos em que as torcidas podem executar as suas festas com mosaicos, papel picado, bandeiras, batucadas e afins. E os resultados estão nos noticiários, os resultados estão nos caixas dos clubes, os resultados se mostram, acima de tudo, no ganho com o turismo, no ganho das empresas que patrocinam os clubes e no fortalecimento das torcidas através dos seus projetos sociais.

O Estado do Ceará — o nobre Vereador vai poder falar um pouquinho mais sobre esse grande exemplo no País — está na vanguarda quanto a defender o futebol como um todo e defender sobretudo aquele que consome, sobretudo aquele que contribui, nesse caso, as torcidas organizadas do nosso País.

Menciono a revogação, por exemplo, Deputado, de medidas como a de redução de espaço na arquibancada. As torcidas podem ocupar 20% dos seus respectivos espaços nas arquibancadas. As torcidas, em alguns Estados, como mencionei, não podem acompanhar seus respectivos clubes em dia de clássico.



Estão aí os dados — torcida única, aumento da violência; torcida única, aumento do ganguismo; torcida única, enfraquecimento das torcidas organizadas; torcida única, enfraquecimento do futebol nacional, do futebol brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço a participação do Sr. Alex.

Informo a todos os presentes que a rodada de perguntas acontecerá após a apresentação de todos os palestrantes. Depois vamos abrir espaço aos internautas para que façam suas perguntas — algumas já chegaram — e a quem quiser fazer perguntas a qualquer um dos palestrantes.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Sampaio.

**O SR. PEDRO SAMPAIO** - Boa tarde a todos.

Boa tarde, Deputado Capitão Fábio Abreu. Queria agradecer o convite. Esta é uma grande oportunidade para expor o que achamos sobre uma proposta como essa, que, sinceramente, vai contra toda a precaução referente à violência nos estádios.

Hoje as torcidas organizadas são cadastradas, seus membros são cadastrados, são uniformizados, têm horário de saída e de deslocamento. Se terminar tudo isso, se terminar toda essa organização, imaginem a formação de grupos, de gangues, que não têm CNPJ, não são pessoas jurídicas, não têm qualquer tipo de registro, juntando-se na rua e se deslocando aos estádios. Isso deve ser pensado, deve ser colocado em pauta. Sinceramente, eu espero que em 2019, com a renovação da Câmara dos Deputados, a proposta apresentada seja invertida, de forma que um Deputado proponha a individualização da pena.

É um absurdo que uma instituição importante, a torcida organizada, que leva o Maracanã a ser cartão-postal do Rio de Janeiro, que produz ações sociais, que aproxima pessoas no esporte, seja criminalizada. No caso, o crime existe? Existe, mas é praticado por pessoas que se camuflam nas organizadas. Propor a extinção das torcidas organizadas não é solução para a violência. Se começarmos a pensar dessa forma, vamos pensar de maneira errada. Se um policial é corrupto, se um grupo de policiais é corrupto, vamos extinguir a polícia? Se existem Deputados corruptos — passaram muitos Deputados corruptos por esta Casa —, vamos acabar com o Poder Legislativo? Vamos fazer o quê?



Vamos fazer voltar a monarquia? Vamos acabar com o Executivo? Extinguir a torcida não diminui a violência.

Eu vou citar um caso que não é de violência, é de corrupção, mas é muito parecido com o que acontece com as torcidas organizadas: o caso da PETROBRAS. A PETROBRAS, hoje em dia, vai à TV aberta expor que conseguiu provar no Judiciário que a culpa por toda a corrupção pega na Lava-Jato não foi da PETROBRAS. E realmente não foi. Foi de diretores, foi de indicados políticos. O Judiciário, o Estado não leva esse peso para as organizadas — há um peso para uma empresa estatal, mas, para associações privadas, o peso é diferente —, ele pune organizadas.

Existem organizadas há 4, 5 anos afastadas de estádios, e a violência continua. Existem grupos, gangues se formando no Rio de Janeiro, neste ano de 2018, com novos nomes, sem registros, sem nada, para brigar na rua, exatamente para se afastarem da organizada, para se afastarem do policiamento, para se afastarem do registro, para se afastarem do controle.

Então, sinceramente, eu peço que seja revista essa proposta e que a real proposta seja a da individualização da pena. Solicito um cadastro nacional de torcedores. Solicito um novo termo de ajuste de conduta de âmbito nacional que possa ser assinado pelas organizadas, todas juntas, diferente do que foi assinado no Rio de Janeiro e que já se encontra ultrapassado.

Agradeço a palavra.

Vasco por amor, Força Jovem por ideal! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Muito obrigado, Pedro Sampaio.

Passo a palavra ao Sr. Major Hilmar Faulhaber Neto.

**O SR. HILMAR FAULHABER NETO** - Boa tarde, Exmo. Sr. Deputado Capitão Fábio Abreu. Ao cumprimentá-lo, cumprimento os demais presentes nesta importantíssima reunião, acerca de um assunto que vem preocupando todos nós, integrantes das forças de segurança, da sociedade, torcedores de bem, torcedores que realmente vão ao estádio para fazer a festa.

Não é raro acontecer casos de violência nos trajetos para os estádios, no entorno dos estádios e, por vezes, também no interior dos estádios. Para comprovar esse fato, cito que, de 2016 até o momento, tivemos 521 ocorrências relacionadas a torcidas organizadas.



Isso está registrado na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Vinte por cento dessas ocorrências estavam ligadas a membros de torcidas organizadas, comprovadamente. No caso, estamos excluindo aquele tipo de crime mais comum, que é o uso ou posse de entorpecente por membro de torcida organizada no interior do estádio ou na entrada do estádio.

Não tenho como comprovar aqui que extinguir as torcidas organizadas seria uma solução, porém, se for para continuar existindo a torcida organizada, nós temos que efetivamente aumentar o nosso controle.

As torcidas organizadas hoje, como bem disse o companheiro Pedro Sampaio, da Força Jovem, de acordo com o art. 2º do Estatuto do Torcedor, têm que se cadastrar. No Rio de Janeiro, esse cadastramento é feito junto à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e há anos temos dificuldade de realizar esse cadastro. Então, não é toda torcida organizada que tem todos os seus membros associados cadastrados. Nós temos uma dificuldade enorme. Por exemplo, existe torcida que tem 50 sócios cadastrados, e, quando chegamos ao estádio e olhamos para a torcida organizada, vemos que há cerca de 500 junto deles.

O nosso principal instrumento de controle disso, até para incentivar que eles façam esse cadastro, é a limitação do material com que eles fazem a festa. Ninguém mais que eu, que sou carioca, moro no Rio de Janeiro, gosta de ir a estádio de futebol. Sempre gostei de ir a estádio. Sou amante da festa no estádio, porém, amante de uma festa sadia, de uma festa em que eu possa levar meu filho à arquibancada para torcer junto comigo e não estar sujeito a pressão de torcida organizada, não estar no meio de uma arquibancada e ver torcidas do próprio time brigando por disputa de espaço, ou de poder, ou de dinheiro, ou de liderança de torcida. As torcidas, devido a isso, elas se partem e disputam esse poder na arquibancada. Isso resulta em tumultos, em confusões.

Mesmo com toda essa nossa dificuldade, hoje eu vejo os arts. 2º, 39-A e 39-B como um mecanismo de controle nosso. Se acabar, perderemos. Porém, esse controle não está sendo efetivo. Não está. Vamos ser realistas: o controle não é efetivo, porque eu não tenho como obrigar as torcidas organizadas a cadastrarem todos os seus membros. O que eu tenho na mão é só a limitação de material com que o cara entra no estádio e faz a festa dele, com que a torcida entra no estádio e faz a festa dela.





Se for para que continuem existindo as torcidas organizadas, para que elas façam realmente a festa, é preciso que tenhamos mais controle, tenhamos um cadastro nacional, organizado. A ANATORG ou algum órgão nacional poderia montar um projeto de cadastro. E seria preciso estruturar os estádios para que tenham um setor específico para as torcidas organizadas, para elas fazerem a festa delas. Com esse controle, eu tenho certeza de que elas, ocupando o espaço que realmente têm que ocupar, vão fazer uma festa bonita e vão estar ali sob a nossa proteção, a proteção do Estado.

Não é possível continuar como está. Como estamos hoje, nós temos torcidas rivais que a todo momento marcam nas redes sociais confrontos, brigas, para um matar o outro, como aconteceu no último jogo entre o Botafogo e o Flamengo. A Avenida Brasil ficou fechada por 40 minutos: pedra para cá, pedra para lá, com policial machucado e torcedor machucado. O ônibus com 70 torcedores da torcida do Botafogo foi conduzido para o Juizado do Torcedor, onde foi feito o registro de ocorrência por provocação de tumulto. E só! Os torcedores acabaram saindo antes dos policiais do Juizado do Torcedor. A meu ver, 70 torcedores parando a Avenida Brasil por 40 minutos, tendo combinado se reunir para brigar naquele local, eu vejo como formação de quadrilha.

Portanto, eu defendo, sim, que continuem existindo torcidas organizadas, porém, quando ocorrerem fatos deste tipo, que haja punições mais severas.

O Estatuto do Torcedor prevê que a torcida organizada responda solidariamente às ações delituosas dos seus membros. Esta é uma forma de controle. Muitas vezes, um membro da torcida organizada comete um delito no meio da massa e fica no anonimato. A liderança da torcida é incapaz de procurar alguma autoridade, que está ali acompanhando, fazendo a escolta, para apontar: *"Aquele cidadão ali provocou, ou soltou uma bomba, ou bateu em alguém, ou cometeu um erro. Foi ele que fez. Pode levá-lo"*. Eu não vejo ninguém fazer isso. Portanto, não adianta punir individualmente, pune o CPF. Isso não adianta.

Nós temos que ter responsabilidade. Se as lideranças das torcidas organizadas querem assumir a frente da torcida organizada, têm que assumir de fato a liderança, têm que ter controle dos seus membros. Não adianta jogar o controle somente para as forças de segurança.

Se assim for, se as torcidas tiverem que continuar, que continuem efetivamente com o controle sobre as torcidas organizadas, que as torcidas se empenhem em cadastrar seus membros na Polícia Militar e que respeitem as escoltas da Polícia Militar.





Não adianta dizer que vão deslocar 500 torcedores, mas, quando se chega ao local, acabam-se vendo 100 torcedores. Os outros grupos vão soltos para o estádio cometer diversos crimes, que vão do uso de entorpecentes, até a depredação do patrimônio público, do transporte público, roubo ou furto de pessoas que estão usando o transporte público. Ocorrem muitos tumultos em volta dos estádios. É isso que vemos acontecer.

Agradeço a oportunidade de falar. Eu teria muito mais a falar, mas o tempo acabou, é limitado. Vamos para frente, ver se conseguimos dar um jeito na atual conjuntura e não caminhar para o abismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço ao Major.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Gonzalez Tapia.

**O SR. RODRIGO GONZALEZ TAPIA** - Boa tarde a todos. Boa tarde ao Deputado.

Muito obrigado, Capitão Fábio Abreu, pela oportunidade de estarmos aqui para expressar o sentimento que temos pela torcida e mostrar como ela funciona. De antemão, quero dar os parabéns ao Pedro. A linha que ele conduz é a mesma que eu quero levar agora.

Há algumas coisas com as quais nós que estamos à frente da torcida organizada nos sentimos injustiçados, de verdade. Na maioria das vezes, parece que as torcidas organizadas é que têm de fazer o papel da polícia. Eu não concordo com algumas coisas.

Vou falar um pouco de São Paulo. Hoje a Gaviões tem 114 mil sócios. Eu fiz um cadastro novo. Já existia um cadastro, que está nas mãos da polícia, nas mãos da Federação Paulista, com todos os dados das pessoas.

Há 9 meses, eu assumi como Presidente e fiz um novo cadastro para saber o que eu tenho na minha mão. Por quê? Porque estamos da segunda-feira à sexta-feira no batalhão da Polícia de Choque em São Paulo, sempre conversando e falando sobre os jogos, sobre os clássicos.

O que me deixa muito chateado, Deputado, é essa parada de jogar em cima da torcida organizada tudo o que acontece. O Major acabou de dizer aqui que a Avenida Brasil parou por 40 minutos. A torcida do Botafogo que estava num ônibus foi presa. Quantos ficaram presos? Nenhum. Se fosse o Presidente da torcida que, às vezes, se envolve em discussão na arquibancada, ele ficaria preso por 10 anos. É com isso que nós nos sentimos um pouco injustiçados.



Falando um pouco do que o Pedro disse, eu acho que, a partir do momento em que mudar essa parada de não querer punir apenas o CNPJ da torcida e punir, de verdade mesmo, o indivíduo, o CPF, se for preso mesmo, eu tenho certeza de que a violência que envolve a torcida no Brasil inteiro melhorará em pelo menos 80%. Por quê? Porque o jovem vai ter medo. Hoje o jovem vai para o jogo e quer que os Presidentes, desculpem o termo, se lasquem. Estou dizendo isso porque sou quem estou vindo aqui hoje, sou eu quem vou ter que ir na segunda-feira falar com o batalhão, sou eu quem vou ter que falar com o Ministério Público, e esse jovem não fala com ninguém.

Então, é o apelo que eu faço. Eu acho que, se fecharem todas as torcidas do Brasil, será pior. É triste, mas eu acho que vários jovens vão morrer de paulada, de madeirada na cabeça. Esta não é a intenção da torcida organizada. Porém, é preciso fazer um controle total, como o Major disse, como o Pedro falou. Seria bom que todas as torcidas se unissem e mostrassem a cara, a realidade, qual é o nosso povo. Eu já não conto mais com esses 114 mil sócios, porque eu não posso responder por eles. Como foi dito, se um policial é pego fazendo algo errado, vão punir a corporação inteira? Está errado. É preciso punir apenas este policial.

Então, é um apelo que eu faço, de coração. A Gaviões está pedindo aqui para todos: olhem o que vocês vão fazer, porque pode não ser justo com os torcedores que amam isso.

Eu estou na torcida organizada há 23 anos e não tenho nenhuma passagem pela polícia. Podem puxar meu nome: Rodrigo Gonzalez Tapia. Eu não devo nem às Casas Bahia, mano. Eu também vou ser tachado de criminoso? As palavras que eu escuto em várias reuniões, no Choque, na televisão: "*A torcida organizada são todos vagabundos, criminosos*".

Hoje nós temos nosso advogado, que está desde criança na torcida organizada, e ele é advogado, ele estudou. Que existe coisa ruim existe. Então, vamos trabalhar juntos, para nós fazermos uma coisa legal para a torcida e uma coisa legal para a Justiça. A solução não é como alguns dizem: "*Vamos fechar tudo!*" É tapar o sol com a peneira.

Eu acho que, se todos, juntos, tivermos uma ideia, conseguiremos resolver 90% da violência nos estádios. É preciso punir esses jovens, pedir o CPF deles. Estou falando dos jovens que não estão preocupados com nada. Eles usam uma bandeira, usam uma torcida para procurar diversão.



Vou citar um exemplo que aconteceu em uma das últimas rodadas do Brasileirão. Nós fomos a um jogo no Paraná. Teve uma parada em que o Presidente do clube fez torcida única lá. Eu liguei para o presidente da torcida do Atlético Paranaense. Eu nunca tinha falado com ele, nem sabia quem era: Adilson. Eu liguei para ele, mas falando com sentimento, como torcedor apaixonado, que isto aqui é nossa vida, mano.

Eu não tenho outra coisa a fazer do que cuidar da minha família, dos meus dois filhos, e ver o jogo do Corinthians. Nós somos apaixonados.

Eu liguei para ele num domingo e, na segunda-feira, fomos eu, meu Vice-Presidente e meu diretor à casa dele. Eu nem sabia quem ele era. Nós conversamos com o presidente da torcida organizada do Fanáticos. Conversamos, acertamos tudo, levamos 500 pessoas da torcida organizada com eles. Portanto, nós temos o controle, sim. Sabem por quê? Porque os baderneiros não vão às quartas-feiras para o jogo entre o Corinthians e o Atlético Paranaense. Eles gostam de ir ao jogo do Corinthians e do Palmeiras, Corinthians e São Paulo. Quem é da torcida organizada vive isso. Esta é a nossa vida. O jogo pode ser onde for: nós vamos, deixamos nossa família em casa e vamos ver o jogo, mano.

A verdade é que tem solução, sim, Deputado. Porém, nós precisamos da ajuda de vocês. Não basta chegar e dizer que vão executar todo mundo e acabou. Isso só vai piorar as coisas, e nós vamos perder muitos jovens, mano. O futebol não vai acabar, ainda vão existir Corinthians e Palmeiras. Quem é corintiano vai para o jogo, quem é palmeirense vai para o jogo. E a segurança? Como vai ser?

Portanto, este é o apelo que eu faço a vocês.

Acho que você me representou, mano. Parabéns pelas suas palavras! O major também falou algumas paradas interessantes: se este grupo de 40 pessoas estivesse preso até hoje, já seria uma solução. Eles não iam para o jogo — acho que já foram até para o jogo. Então, não tem como resolver!

Podem contar com a Gaviões da Fiel e com a ANATORG, no dia em que chamarem uma reunião geral com todas as torcidas. Podem contar com a Gaviões. Já estamos fazendo este trabalho — você sabe, já que é bem próximo — para fazer um cadastro novo. A partir de janeiro, vamos levar para a polícia o que eu tenho na minha mão.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço a participação do Sr. Rodrigo Gonzalez.



Passo a palavra ao Sr. Pedro Rubim Fortes.

**O SR. PEDRO RUBIM FORTES** - Também quero agradecer o convite para participar desta audiência pública. É sempre uma ótima oportunidade para esclarecermos os assuntos relacionados à violência nos estádios e às torcidas organizadas, do ponto de vista do Ministério Público do Rio de Janeiro.

De certa maneira, estamos alinhados com o que o representante do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios disse: trabalhamos juntos, quotidianamente, no sentido de tentar controlar, prevenir e combater a violência nos estádios.

Da minha parte, eu vou falar partindo de uma experiência prática. Por 10 anos, eu fiquei nas Promotorias de Defesa do Consumidor no Rio de Janeiro, que faziam parte do trabalho de prevenção e de combate à violência nos estádios, aplicando o Estatuto do Torcedor. Desde que o GAE 10 foi criado, há cerca de 1 ano, eu sou um dos seus membros. Então, vou falar a partir desta experiência prática.

Da nossa perspectiva, temos trabalhado, temos feito todo o trabalho a partir da existência regulada e controlada das torcidas organizadas. Assim, todo o trabalho que tem sido realizado há 10 anos no Rio de Janeiro tem-se baseado na premissa de que a torcida existe e de que deve ser regular. Sabemos que esta é uma decisão política que cabe ao Congresso Nacional decidir. Porém, não sabemos como será feito o controle, a prevenção e o combate à violência nos estádios, caso as torcidas organizadas sejam extintas.

O representante da Força Jovem trouxe um cenário até certo ponto apocalíptico. É possível que estes sejam os fatos que aconteçam, mas nós não sabemos e não temos condições de avaliá-los. Eu vou falar, como fez o representante do GEP, a partir do que nós sabemos e a partir do que consideramos que pode ser melhorado no Estatuto do Torcedor.

A primeira coisa é fazer um contraponto ao que falaram as torcidas organizadas, como fez o representante do BEPE. Eu concordo que deve ser feita a responsabilização individual, como eles disseram, pelo CPF. No entanto, em muitos casos, as próprias torcidas organizadas impedem que isso seja feito. Nesses casos, não resta outra opção senão que as torcidas sejam responsabilizadas.

Falou-se na criminalização das torcidas organizadas. Esta não é a expressão correta. O art. 39 do Estatuto do Torcedor é o que se chama de ação coletiva passiva: quando uma coletividade fica no polo passivo de uma ação. Este é um mecanismo adotado



no mundo inteiro, que vem dos Estados Unidos, da ação coletiva americana, e não é uma criminalização, não é uma violação dos direitos. É algo aplicado não só às torcidas organizadas, mas também a outras coletividades que podem ser responsabilizadas.

Foi falado sobre o TAC das torcidas organizadas. Eu participei durante 1 ano da discussão e da negociação do TAC com dezenas de torcidas organizadas, inclusive com a Força Jovem do Vasco, que foi uma das signatárias. Cerca de 50 torcidas organizadas no Rio de Janeiro assinaram o TAC e concordaram com ele. Em regra, um número bem reduzido delas é que é rotineiramente punido. Cerca de 10% das 50 torcidas organizadas é que é punida, o que mostra que é possível, sim, se adequar às regras de bom comportamento do TAC e impedir que seus membros façam e participem de homicídios, façam e participem de emboscadas, façam e participem de conflitos violentos, façam e participem de todos os outros atos pelos quais elas são responsabilizadas. É isso que de fato esperamos que as torcidas façam. Esta hipótese de responsabilização coletiva é, portanto, importante.

Como disse o representante do BEPE, e eu concordo, é necessário, de certa maneira, levar esta situação mais a sério, é necessário aprofundar este assunto. Já houve projeto, inclusive do Ministério do Esporte, para fazer um cadastramento sério, um investimento em biometria. Isso tem dado resultados muito positivos. Talvez fosse o caso de fazer uma alteração — este seria um bom caminho. Há uma experiência muito bem-sucedida do Clube Atlético Paranaense em biometria. Isso faz com que o acesso aos estádios seja controlado e que o interior dos estádios tenha mais qualidade. Este é um caminho possível.

Atualmente, temos que dizer que o número de incidentes violentos que ocorrem dentro dos estádios é muito pequeno. Então, por que defender outro instrumento para controlar o acesso aos estádios? Porque, com o controle biométrico, certos membros ficam inibidos de ir ou de frequentar os estádios. Portanto, esta iniciativa não é necessariamente para melhorar o que acontece dentro dos estádios. Atualmente, a situação está bem melhor do que antigamente: temos muito menos violência dentro dos estádios do que antigamente. Mas é preciso haver um instrumento de controle do trajeto no entorno e do deslocamento.

Existe um problema no Estatuto, problema que seria importante rever. Eu já tive a oportunidade de falar nesta Comissão sobre isso há 6 anos. O Deputado Andre Moura apresentou um projeto de lei, mas ainda não aprovado. Atualmente, o Estatuto do Torcedor



pune as torcidas organizadas quando cometem alguma irregularidade no deslocamento para os estádios ou na volta dos estádios de futebol, nos dias dos jogos ou durante os jogos. O que acontece? Pela regra legal, não existe nenhum mecanismo de punição se algo for feito fora destes momentos. Se uma briga é agendada fora do ambiente de ida ou volta dos estádios ou no dia do jogo, não existe a possibilidade de aplicar o Estatuto. Como as torcidas sabem disso, elas marcam brigas, às vezes, nos dias que não são de jogos. Elas fazem isso simplesmente para haver uma briga, o que causa um transtorno enorme, um problema sério, para a segurança pública.

Portanto, seria mais coerente e mais correto que se aplicasse o Estatuto e suas punições por um critério que nós entendemos ligado à finalidade. No jargão jurídico, é um critério não geográfico, é o critério atual, mas teleológico. Em razão do esporte ou do fato de serem torcidas organizadas, elas brigam. Neste caso, já se poderia aplicar o Estatuto e suas sanções, em qualquer situação. Isso valeria para as brigas marcadas pela Internet fora do dia do jogo de futebol ou do dia do jogo de basquete, como já aconteceu no Rio de Janeiro, entre Flamengo e Vasco, ou em se tratando de invasão de trem.

A invasão de trem não é uma violação do Estatuto, mas, como não acontece no deslocamento de ida ou de volta para os estádios, nem no jogo no estádio, em tese, pelo critério geográfico, não se aplica o Estatuto.

Já aconteceu no Rio de Janeiro um jogador estar num momento de lazer, de folga num bar, e ter sido assediado ou ameaçado por torcedores, como no caso do Fred, na época em que jogava no Fluminense. Isso já faz muito tempo. Naquela oportunidade, nós defendemos, por meio de uma ação, o critério teleológico, e o Judiciário considerou, neste caso específico, a aplicação.

Seria bom que se aprovasse esta reforma, com base na legislação. Já existe um projeto de lei. Portanto, eu gostaria de lembrar a esta Comissão a existência deste projeto de lei, de autoria do Deputado Andre Moura, naquela oportunidade anterior, quando eu estive nesta Casa.

Outro tema importante, que eu acho que também faz sentido, é a responsabilidade dos clubes. Muitas vezes, nós esquecemos, mas, pela história das torcidas organizadas, elas surgiram como torcidas dos próprios clubes. Cada clube tinha sua torcida organizada. Nos anos 60, começou a haver grandes dissidências do movimento jovem, um movimento



de certa rebeldia que tomou conta do País. Surgiram várias torcidas, na época, que se dissociaram do clube.

Os clubes, contudo, têm responsabilidade. É importante talvez que isso seja resgatado, que sejam criados instrumentos para a responsabilização dos clubes pelos atos das torcidas e que a punição não fique somente nas costas das associações organizadas, mas também que sejam compartilhadas com os clubes. Assim, estes também terão sua parcela de responsabilidade na preparação dos eventos e na distribuição dos ingressos. Muitas vezes, são dados ingressos a torcidas que já estão suspensas — elas não deveriam, portanto, receber os ingressos. Porém, não é feita uma organização como deveria acontecer.

Nós temos feito um trabalho neste sentido no Grupo de Atuação Especializada do Desporto e Defesa do Torcedor — GAEDEST e temos chamado a atenção dos clubes para a responsabilidade que eles devem ter. É óbvio, igualmente, que o Poder Legislativo tem papel sempre fundamental em definir e esclarecer as responsabilidades.

Já que eu falei desta questão dos ingressos — o cambismo é parte da violência entre as torcidas organizadas, sim, porque ser membro de torcida organizada dá acesso a certas cortesias, cortesias que, às vezes, são vendidas —, seria importante deixar bem claro que a venda de ingressos de cortesia também caracteriza a prática de cambismo. O Estatuto apresenta certa ambiguidade com relação a este ponto. No Rio de Janeiro, nós aplicamos o Estatuto, e o crime de cambismo é caracterizado, mas, em alguns Estados, se entende de outra forma.

Uma última palavra para as torcidas organizadas é que talvez fosse bom que o discurso fosse mais realista, um discurso mais para chamar a própria responsabilidade. Talvez isso diminua a tentativa de extinção das agremiações. Mas é preciso reconhecer que existe a responsabilidade coletiva das torcidas organizadas.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço ao nosso nobre promotor, a quem esclareço que existe um projeto do Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. A Relatoria cabe a mim, a propósito.

Está aqui o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. Aproveito para citar o projeto de S.Exa. que busca controlar a entrada do torcedor, principalmente daquele que tem alguma





restrição em relação aos dias dos jogos. O controle seria feito por biometria, realizada no próprio estádio.

Este projeto vai ao encontro do que realmente é preciso para que haja mais controle, caso se faça um cadastro eficiente, como foi cobrado pelo nosso Major. Além disso, nós poderíamos incluir a questão da torcida organizada nos estádios por meio de biometria.

**O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PSD - RS)** - Sr. Presidente, o projeto é muito simples, até para que entendam, já que estamos debatendo.

Peço perdão por estar me intrometendo, mas não se trata de cadastro. É o contrário. Ninguém tem que se cadastrar, nenhum cidadão se cadastra. Acabou o cadastro. Existem a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério da Segurança Pública. Aquele cidadão que tenha problema com a Justiça vai utilizar ali a biometria. O cidadão de bem vai colocar o dedinho ali e vai dar "verde". Ele não precisa se cadastrar em nada. Para aquele cidadão que tem algum problema com a Justiça, alguma questão relacionada — e aí vão ser integrados todas as Secretarias de Segurança Pública — SSPs e o Ministério da Segurança Pública —, para esse vai dar "vermelho". Nem o torcedor tem que ir lá se cadastrar, é o contrário. É uma coisa muito maior, nesse sentido.

Hoje, lá no Grêmio, só quem precisa se cadastrar é o torcedor da geral, infelizmente. Eu acho isso um erro. Ou é igual para todos, ou não tem como haver o cadastro. O cadastro deve ser o contrário: aquele cidadão que tem problema com a Justiça entrará automaticamente para esse cadastro, que não é um cadastro em que o torcedor tem que ir lá no dia do jogo. Há torcedor do Grêmio que, no dia de jogo, perde meia hora de jogo, porque tem que se cadastrar para entrar no estádio. Isso é um absurdo. Deve ser o contrário: aquele cidadão que tem problema com a Justiça, quando colocar o dedinho ali, pois vai estar em todo o sistema e vai aparecer o vermelho, o cidadão vai saber que não pode entrar no estádio, porque ele está com algum problema, tem alguma restrição com relação à Justiça. E o cidadão de bem? Qualquer cidadão do mundo vai poder chegar ali e colocar o dedo: se não houver restrição, vai dar "verde". Vai acabar essa loucura de cadastrar torcedor porque é da torcida organizada ou porque não é. Acho que nós não podemos fazer distinção de torcedor.

Não se pode pegar agora o erro de um e querer punir todo mundo. Eu sou contra isso. Acho que tem que se punir quem erra. Tem que se punir quem faz alguma coisa de errado, e ponto final. O meu projeto é exatamente neste sentido: coloca-se ali o leitor de



digital, onde o torcedor colocará o dedo: se não tem problema com a Justiça, dará "verde", e o torcedor pode passar reto e ir ver o jogo.

E isso tem que ser integrado. Só vai conseguir fazer se for integrado no Brasil inteiro. Eu hoje faço parte também do MERCOSUL. A ideia é que, depois que isso estiver em andamento no Brasil, e dando certo, eu sugira esse projeto também para o MERCOSUL. Assim se consegue cadastrar os argentinos, consegue-se cadastrar em todo o MERCOSUL. Na Argentina já existe um projeto muito bom nesse sentido. É claro que é um pouco diferente desta ideia, porque a nossa ideia é simplificar. Queremos simplificar um pouquinho e queremos que se tire dos estádios a pessoa que fez algo de errado. Para o torcedor normal, como se fazer um cadastro nacional, como queriam fazer no início? E se vier um torcedor da Europa, dos Estados Unidos ou da América do Sul mesmo, como ele vai fazer? Ele não sabe. Onde vai se cadastrar? O cara quer vir ver o jogo de futebol.

Nós, o país do futebol, temos o melhor e mais bonito futebol do mundo, acredito. Nós vamos começar agora a impedir as pessoas a entrar no estádio, até pessoas de países? Tudo bem, então, desculpem-me. O meu projeto é neste sentido: colocar dentro desse programa, em que haverá a biometria, aqueles que têm alguma restrição com a Justiça. Por exemplo, vamos supor que seja lá no Grêmio e que alguns que brigaram estão pagando uma pena de 3 meses, 6 meses ou 1 ano. Durante aqueles 3 meses, o cara vai colocar o dedo ali e não vai poder entrar. Os outros torcedores, que não têm problema, colocam o dedo, veem o "verdinho" e podem ir ver o jogo. Eu acho que, aos poucos, o pessoal vai entender que as coisas estão mudando. O projeto vai exatamente nesse sentido.

É óbvio que muitos Deputados têm conhecimento e vão dar ideias que podem vir até a incrementar e melhorar o projeto. Essa é uma ideia inicial. Eu espero que dê certo, porque o cidadão de bem não pode pagar pelo erro de um. Vejo aqui um pessoal de torcida organizada, e estou acostumado com o pessoal do Grêmio. Às vezes, acaba sobrando para todos o que é o erro de um, como se todos fossem iguais. Sabemos que não é assim. O mesmo ocorre aqui: se um Deputado erra, todos nós somos ruins! Não é assim, também. Temos que tratar as coisas da mesma forma, e o projeto aponta nesse sentido.

Desculpe-me, Presidente. Obrigado por ter me concedido a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço ao nobre Deputado Danrlei a colaboração.



Passo a palavra ao Sr. André Guerra, representante da Torcida Organizada Mancha Alviverde.

**O SR. ANDRÉ GUERRA** - Boa tarde, Deputado.

Cumprimento todos os membros da Mesa, o Sr. Promotor, o Alex Minduím, o Major, o Digão.

Quero agradecer a oportunidade de poder demonstrar o que é uma torcida organizada. Acho que alguns já conhecem. O Deputado Danrlei já conhece, porque viveu do futebol muito tempo.

Acho que o Minduím foi muito feliz em sua fala, principalmente no que se refere ao fato de o Brasil ser um país continental. Temos cultura que no Sul é uma coisa, mas no Nordeste é outra, e em São Paulo é outra ainda diferente.

Concordo com o que o senhor disse em relação a haver um controle maior. Contudo, em São Paulo, já vivemos isso há muito tempo, Major. Eu até queria que o Dr. Paulo Castilho estivesse aqui. Ele foi convidado, mas não pode vir. Certamente iria abrilhantar ainda mais esta reunião, ao trazer a sua experiência.

Em 2006, o Dr. Paulo de Castilho propôs, em São Paulo, o cadastramento das torcidas, ou melhor, o recadastramento da Federação Paulista de Futebol. Para que os senhores tenham uma ideia, em São Paulo, para o torcedor organizado entrar no estádio, ele precisa fazer esse cadastramento. E havia uma certa mística, porque as torcidas em São Paulo foram extintas, de 1995 até 2004, ficaram proibidas. Infelizmente, a violência não acabou ali. Pelo contrário, não havia quem criminalizar, não havia quem responsabilizar. Não existiam mais as reuniões periódicas que aconteciam no batalhão, com os clubes, com as torcidas, com o sistema de transporte, que é o que acontece hoje, não só em São Paulo mas também no Brasil inteiro. Para vermos um jogo no Rio de Janeiro temos que informar o trajeto, a quantidade de torcedor, o horário. Se chegamos atrasados, não conseguimos entrar no estádio. As torcidas contribuem muito para esse sistema de segurança.

Nós temos responsabilidade? Temos. Erramos? Erramos sim. Estamos aqui hoje, neste momento, vivendo isso, devido a alguns erros nossos. Temos que reconhecer isso, concordo com o Sr. Promotor. Mas em São Paulo as torcidas foram liberadas em 2004, e em 2006 o Dr. Paulo teve essa ideia. Eu acredito que o sistema de segurança achou que a torcida burlaria isso e não iria fazer esse cadastro.



No começo, a torcida ficava num setor específico, com grade e tudo o mais. Esse cadastro, para os senhores terem uma ideia, é feito com a digital da pessoal, com documento, com biometria da retina e tudo o mais Qual era a ideia? Se o indivíduo praticasse um crime, não seria responsabilizada a torcida, e sim o indivíduo. Infelizmente, não é isso que vem acontecendo, desde 2006. Se um indivíduo praticar um crime, nós não vamos mais responsabilizar a torcida, e sim aquele indivíduo. Só que, infelizmente, não é isso que vem acontecendo desde 2006. A torcida, em momento nenhum, boicotou esse cadastro, Major, em momento nenhum. Pelo contrário, em 1 ano, aquele setor específico para torcida teve que dobrar, porque, em São Paulo, fazemos campanha para fazerem esse cadastro. Todo mês a Federação Paulista de Futebol vai à sede da torcida cadastrar os novos associados, porque, lá em São Paulo, não adianta ele virar sócio da Mancha se ele não tem esse cadastro da Federação. Ele não consegue entrar com a camisa da Mancha. Então, nós fazemos essa campanha.

Eu acredito que isso teria que ser em âmbito nacional, sim, até para podermos debater essa situação, porque estamos junto com o poder público. Como o Digão disse, antes de qualquer jogo, não sei se todos sabem, mas lá em São Paulo, pode ser Palmeiras e XV de Piracicaba, pode ser um jogo festivo, as torcidas, os clubes, o sistema de transporte, a Federação, todos se reúnem para discutir a questão daquele jogo. E a torcida, em momento nenhum, se opõe ou boicota, até porque, se ela não participar da reunião, ela não pode adentrar o estádio.

O nosso papel é de apoio à segurança pública. Em momento nenhum, nós queremos burlar alguma lei, só que com essa descriminalização que existe hoje eu não concordo, vimos discutindo isso há algum tempo. Em 2008 e 2009, o Ministério do Esporte fez alguns eventos nacionais de encontros entre as torcidas, para discutir, para ver o que seria melhor para o futebol. O futebol acho que é a paixão nacional, é o esporte que mais tem visibilidade não só no País, mas também no mundo, acredito que seja um esporte de inclusão. Então, o Ministério do Esporte fez isso. A partir daí, acho que avançamos bastante, as torcidas avançaram bastante, porque conseguimos ter um diálogo melhor em 2008 e 2009. Depois, não aconteceu mais isso.

Então, eu trago o seguinte argumento, Deputado: se acabarmos com a torcida, não vamos acabar com a violência. Hoje, infelizmente, vivemos em um País muito violento. Nas grandes capitais, como o Major falou, vemos a questão da droga, milhares de pessoas



jogadas nos centros, entregues à droga. Temos cracolândias em todos os Estados, infelizmente. Esse é um problema do País inteiro, não é só ligado ao futebol. Acredito que acabar com a torcida não vai trazer benefício nenhum, acredito que a torcida organizada não é o fator da violência. Ela é quem vai ajudar a segurança pública a tentar minimizar isso um pouco. Infelizmente, pegamos uma gama da sociedade que faz parte de uma sociedade violenta. Ontem mesmo, um lunático entrou numa igreja católica e matou quatro pessoas. E se isso virar rotina? O que vamos fazer? Vamos acabar com as missas? Então, acho que não é por aí. É conversando, é se conhecendo, é tentando ajustar alguma coisa em conjunto, mas não podemos esquecer que o País em que vivemos é muito violento. O trânsito brasileiro mata mais que qualquer guerra no mundo. Temos muita coisa para solucionar ainda.

Eu achei a fala do doutor em relação aos clubes bem plausível também, porque parece que tudo que está errado encontra-se na torcida organizada, e os clubes acabam ficando impunes. Os clubes têm que ser responsabilizados, sim. Dentro do estádio já há uma responsabilidade para o clube, que perde mando de campo e às vezes tem que jogar sem torcida. Isso é uma coisa ruim para o futebol. O futebol hoje é uma paixão nacional pela quantidade de espectadores, tanto as pessoas que frequentam o jogo quanto as que o assistem pela televisão. A diferença do futebol para o vôlei é a quantidade de pessoas apaixonadas pelo esporte. Fazer um jogo sem torcida não tem sentido. O jogador entra em campo e representa alguém. Se ele entra no campo e não vê quem ele representa, para mim o jogo não vale de nada, o esporte perde a graça. Os clubes têm que ter responsabilidade, sim.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar presente e poder falar. Estamos à disposição para discutir e ajudar no que for preciso.

Em São Paulo, a coisa já está mais avançada, mas a discriminação com a torcida é gigantesca. Esse ano ocorreu uma final entre Palmeiras e Corinthians, que não existia desde 1999, há quase 20 anos, com torcida única. Acho que isso não tem sentido. Não é o mesmo jogo quando você vai ver seu time ser campeão dentro do estádio, quando você vai participar de uma festa daquela.

Minha fala é essa.

Obrigado.

Estou à disposição para o que for preciso. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço a sua participação e colaboração, André Guerra. O objetivo desta audiência é tirar uma série de dúvidas e elaborar ideias para solucionar esse problema que todos acompanhamos atentamente.

Ao final, vou divulgar meu endereço eletrônico, para que possamos continuar esse debate.

Tenho certeza de que o major teria uma colaboração bem maior, mas pela limitação do tempo nós apenas tiramos algumas dúvidas. Continuaremos nesse debate de ideias após esta audiência.

Cumprimento o Parlamentar municipal do Estado do Ceará Márcio Martins e lhe passo a palavra.

**O SR. MÁRCIO MARTINS** - Boa tarde a todos.

Mais uma vez tenho a oportunidade de estar aqui em Brasília discutindo este assunto. Todas as vezes que temos uma audiência pública em nossa agenda, temos o prazer em dar nossa contribuição.

Início minha fala reiterando que meu nome é Márcio Martins. Eu sou Vereador de Fortaleza, a quinta Capital do Brasil. Faço um agradecimento ao Minduím e menciono o que ele abordou. Hoje, o nosso Estado é referência no que diz respeito ao tratamento às torcidas organizadas. Isso não foi nenhum milagre nem receita de bolo, foi fruto de muito trabalho. Eu queria dividir com os senhores como chegamos a essa situação de, hoje, sermos indicados por várias torcidas do Brasil como referência.

No começo, deixou-se de lado a hostilidade, a repressão, e se colocou o diálogo em prática. É muito comum em vários Estados do Brasil, quando se discute torcida organizada, todos os atores envolvidos nesse problema fingirem dialogar — esta é a realidade — só para cumprir tabela, para dar satisfação à imprensa. Muitas vezes, não ouvem quem de fato deve ser ouvido, que é o torcedor.

Esta Mesa é um espelho do que fizemos no Estado do Ceará, onde nós colocamos várias instituições numa mesa-redonda franca. Nós dissemos ao Ministério Público que queríamos que aquela instituição tirasse sua armadura, que dá medo nos torcedores, porque estava ali única e exclusivamente para cobrar punições severas, e que lembrasse que os torcedores têm também direitos, além de deveres, porque são cidadãos e pagam impostos. Eles precisam também ter seus direitos observados.



Sugerimos ao Poder Executivo que desse assento aos torcedores na gestão da Secretaria de Esporte, da Secretaria da Juventude e das demais Secretarias do Poder Executivo Estadual e Municipal.

Fizemos um pacto com o Poder Legislativo — representado pela Frente Parlamentar que eu presido —, que se estende a um pacto interfederativo com os demais Parlamentares, para produzir leis que também sejam benéficas para os torcedores. Essa Frente Parlamentar criou o Dia Municipal do Torcedor e um complemento do Estatuto do Torcedor, que é o Estatuto Municipal. Transformamos as bandeiras das torcidas em patrimônio cultural e imaterial, e houve muitas outras produções legislativas que poderiam ser positivas.

Também convidamos as torcidas organizadas para que deixassem de lado seu corporativismo e indicassem todas as vezes que seus participantes estivessem errados. Indicando todas as vezes que os indivíduos estivessem errados, as próprias torcidas poderiam contribuir com o poder público para localizar bandidos travestidos de torcedores, que só maculam a imagem das torcidas.

Convidamos os órgãos de segurança pública para dialogar conosco — aqui, eles estão representados pelo major do Rio de Janeiro —, para que pudessem entender que não é a repressão que resolve, como eu disse no começo, para que pudessem ser nossos aliados e ouvir, porque isso era o mais importante. Graças a Deus, isso funcionou. A Polícia Militar do Estado do Ceará hoje é uma grande parceira das torcidas organizadas. Há um diálogo franco e aberto, sentamos e traçamos estratégias juntos. Há 15 dias, um torcedor — o Arturi — deu uma palestra para quase 150 policiais do Batalhão de Eventos. Um torcedor deu uma palestra para os policiais!

O Governo do Ceará financiou passagens aéreas, hospedagem e alimentação para que um grupo de torcedores pudesse ir para fora do Brasil com torcedores de outros Estados para conhecer experiências que funcionaram para pacificar os estádios de futebol na Europa e em outros continentes.

Eu acho que isso é colocar em prática as ideias, isso é o poder público cumprir seu verdadeiro papel, que é praticar o diálogo. E os números têm sido favoráveis.

Pedimos às torcidas ideias para aproximar novamente as famílias dos estádios. Aqui atrás está a Desirée, que criou uma frente de mulheres independentemente das cores da





torcida. A presença de mulheres nos estádios é muito positiva e foi um incentivo que ajudou verdadeiramente.

Precisamos das torcidas e fortalecemos os projetos sociais.

Esse arcabouço de ações rendeu, na prática. Hoje, nossos dois times estão na série A em 2019, graças a Deus.

Temos visto que as torcidas organizadas contribuíram direta e indiretamente para esse sucesso. Daqui a alguns dias chegará ao Congresso Nacional um Senador da República que foi Presidente do Fortaleza Esporte Clube, e a paixão que o cearense tem pelo futebol foi um dos fatores que o ajudaram muito.

Em relação ao projeto do Deputado Major Olimpio, eu fico muito decepcionado e magoado, como Parlamentar, quando um colega Parlamentar precisa usar outro segmento como escada para crescer e se projetar politicamente. Isso é o que esse major está fazendo. Ele usa as torcidas como escada, vende números irreais, que não consegue nenhuma vez provar. E já se vê que ele leva o assunto para o lado pessoal. Ele já tentou como Deputado Federal emplacar esse projeto, que caiu pelo seu teor inconstitucional, e acho que cairá novamente. Eu espero muito que os Deputados e os demais Senadores possam compreender isso.

O que nós, os torcedores, podemos fazer nos Estados? Começemos como a Câmara Municipal de Fortaleza, que está enviando uma moção de repúdio ao Deputado Major Olimpio! Começemos do Rio de Janeiro, de São Paulo, dos Estados do Nordeste e do Sul, porque as torcidas têm força, sim! Nós somos milhões. Cada Casa Legislativa precisa fazer chegar ao *e-mail* do Deputado e ao Congresso uma moção de repúdio por esse ato do Major Olimpio. Ele precisa compreender que este País, que é continental, quer que as torcidas organizadas estejam nos estádios fazendo um papel ordeiro e pacífico, é claro. Esse é o nosso papel.

A ação tem que partir de nós também, Minduím. A ANATORG tem um papel importantíssimo, que é fazer essa articulação nacional, visitar as Casas Legislativas para pedir apoio, vir às bancadas, como a do Nordeste, que é grande e da qual o Deputado Fábio faz parte, e pedir apoio também para essa moção de repúdio. É preciso replicar frentes como esta, com Deputados que tenham esse compromisso. É preciso fazer o porta a porta.



É preciso que se faça uma manifestação política por parte das torcidas, porque o número é importante. Precisamos estar cada vez mais politizados.

Quero agora falar em relação ao investimento em tecnologia. Aqui falou-se muito em biometria. Nós no Ceará estamos avançados também nesse sentido.

Peço desculpa por repetir o meu Estado algumas vezes. Não é por arrogância nem presunção, mas porque lá nós batalhamos para que isso se tornasse uma realidade. Eu vou citar os exemplos que conseguimos.

Além da biometria, agora estamos trabalhando para o reconhecimento facial nos estádios. Essa tecnologia pode ser subsidiada pelo Governo, porque as torcidas de futebol organizadas também têm um forte impacto na cadeia produtiva. Nós também geramos muita receita para os Estados. Portanto, o Governo tem, sim, obrigação de fazer investimento em tecnologia. Nós não estamos pedindo nenhum favor. Nós produzimos muito, nós fazemos movimentar muito dinheiro no País e podemos movimentar ainda mais, se tivermos os devidos incentivos. Portanto, a biometria e o reconhecimento facial são muito importantes para a identificação do indivíduo.

Faço um desafio a quem está nesta audiência. Qual é a instituição coletiva neste País que pune um dos seus quando ele erra? Apontem! O Parlamento? A Polícia Militar? O Ministério Público? Qual? Todos são punidos individualmente. Claro, todos os indivíduos da instituição são punidos moralmente. Todas as vezes que um político erra no País, eu, o Deputado Capitão Fábio Abreu, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, todos nós também ficamos moralmente arranhados. Toda vez que um promotor ou um procurador erra, é natural que o Dr. Pedro fique arranhado moralmente; quando a Polícia Militar comete seus erros, é natural que o Major Faulhaber Neto também fique arranhado moralmente. Mas quem é punido é o indivíduo. Do ponto de vista moral, há, sim, a mácula. Mas a sanção é dada ao indivíduo. Por que só com as torcidas organizadas tem que ser dessa forma? Eu pergunto e respondo: porque é uma atividade predominantemente de pobre, e no Brasil a lei só serve para pobre. Por isso, temos que reagir e nos organizar, temos que cada vez estar mais próximos das decisões, das construções e dos debates políticos do País. Só assim vamos conseguir mostrar nosso verdadeiro potencial.

Parabenizo o Deputado Capitão Fábio Abreu pela iniciativa e me coloco à disposição, como Vereador de Fortaleza e como alguém que gosta do tema, frequenta



estádios e respeita o papel das torcidas, nas suas mais diversas áreas, seja cultural, seja esportiva, seja econômica.

Amigos, nós temos que vender sempre, em todos os lugares, que nós produzimos dinheiro para o Brasil. Por isso, temos que ser respeitados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço ao Vereador Márcio.

Pode ter certeza, Márcio, de que vai fazer parte da elaboração do meu relatório a colaboração de todos que aqui estão. Afinal de contas, em audiências e outras reuniões como esta, como as inúmeras que foram feitas no Estado do Ceará, são construídas as soluções para determinados problemas.

Antes de passamos a palavra ao próximo convidado, eu gostaria de anunciar a presença do Sr. Tulio Salasan, que representa a Secretária de Esporte do Distrito Federal, e a do Sr. Ricardo Lima. Agradeço pelo comparecimento.

Passo a palavra ao Sr. Cleomar Marques.

**O SR. CLEOMAR MARQUES** - Boa tarde.

Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo pela reeleição e pela atitude. V.Exa. estava licenciado defendendo seu Estado. Já tivemos aqui várias audiências públicas debatendo principalmente alterações no Estatuto do Torcedor, como as propostas pelo Deputado Major Olimpio, que foram barradas na CCJ.

Nós da ANATORG temos acompanhado os 18 projetos de lei que propõem alteração do texto do Estatuto do Torcedor. Ressaltamos que somos totalmente contra o fim das torcidas organizadas, pois entendemos que isso não resolve o problema, como já foi provado em São Paulo e em outros Estados. Então, acho que não temos que discutir isso.

Sobre esse projeto, acho que podemos contribuir um pouco, já que temos debatido bastante. Primeiramente, sobre o que o promotor do Rio de Janeiro falou e o Vereador aqui ressaltou bem, eu não conheço outra associação no Brasil que seja punida. O CRM não é, a OAB não é, nenhum tipo de associação é punida pelos atos dos seus associados. Discordo totalmente.

Somos totalmente contra o 39-A e o 39-B porque entendemos que criminalizam as torcidas organizadas. A grande maioria das associações no País não responde civil nem solidariamente pelos atos dos seus associados. Diga-se de passagem, o próprio Ministério



Público não responde pelo ato de um promotor nem civil nem solidariamente. Nós entendemos que somos criminalizados porque somos a única associação do Brasil nesse aspecto.

Nós temos que entender o porquê disso ter sido aprovado aqui na Casa do povo, na Câmara, em que o Estatuto do Torcedor foi aprovado, e nenhuma torcida foi convidada a estar presente em uma audiência pública como está acontecendo hoje.

Foi falada aqui a questão de setorização, biometria, cadastro nacional. Eu gostaria de lembrar, nobre Deputado, que estamos nessa luta há várias décadas. Como o André disse aqui, em 2007, nós estivemos aqui em Brasília. Havia uma comissão multissetorial do Ministério da Justiça, da CBF, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União com o intuito de debater o legado da Copa do Mundo. Houve vários seminários por este País com a presença de todas as torcidas organizadas em 2007, 2008, 2009.

Em 2010, o Ministério do Esporte juntamente com o Ministério da Justiça, CNJ, Conselho Nacional dos Procuradores e Promotores aprovaram o Torcida Legal. Nesse projeto que era para ser um legado da Copa do Mundo estava incluso o cadastro nacional dos torcedores, biometria em todas as catracas de todos os estádios do Brasil, a setorização e a modernização de todos os estádios, mesmo dos que estavam fora da Copa do Mundo.

Onde está isso? Voltamos à discussão. Será que hoje estaríamos aqui discutindo torcida única, um projeto para extinguir torcida se os outros órgãos públicos tivessem cumprido isso? Isso aqui não exime a responsabilidade das torcidas. As torcidas organizadas, sim, têm sua parcela de culpa. No entanto, o Estatuto do Torcedor é bem claro no seu art. 1º.

É responsabilidade pela segurança nos estádios de futebol a detentora do campeonato, a CBF. Eu nunca vi a CBF se envolver em nenhum projeto de combate à violência. As federações, da mesma forma, não entram de maneira alguma. O poder público, se observarmos, veremos que somente a Polícia Militar nos Estados participa desse debate. Por fim, as associações são envolvidas, é onde entra a torcida organizada.

O Estatuto do Torcedor é bem claro. O clube mandante é responsável pela segurança do seu torcedor. O que os clubes fazem para garantir a segurança do seu torcedor? Qual o projeto dos clubes? Alguém aqui conhece algum projeto de clube de



futebol para garantir a segurança do seu torcedor? Eu desconheço. Cito o exemplo do meu clube, o Goiás Esporte Clube — manda ofício para a Polícia Militar com a perspectiva de público do jogo.

Por que as torcidas organizadas têm que ser penalizadas, com afastamento por 3 anos, por ato de seu associado? Por que o clube não é penalizado, nem que seja por omissão? Ele está se omitindo do cumprimento do seu dever. Por que as federações não são suspensas? Por que os clubes não são suspensos? Eles não estão, no mínimo, se omitindo? Sim, estão se omitindo.

Por isso a ANATORG vai entrar com ações judiciais quanto a esse aspecto, começando pelo Estado de Goiás. Nós entendemos que a responsabilidade é conjunta, não somente das torcidas organizadas.

Volto à questão do Torcida Legal. Eu acho que agora cabe à associação do Ministério Público... Para os senhores terem uma ideia, em 2011 o Ministério do Esporte fez um investimento de 3 milhões e meio de reais em treinamento e equipamentos para o Torcida Legal. Ontem eu fiz o teste, cadastrei minha torcida no *site* — ele está lá; alguém está ganhando dinheiro com isso —, e não se executou o projeto. Quer dizer, o poder público gastou, investiu esse dinheiro e não executou o projeto.

Então, eu volto a dizer, Deputado: nosso grande problema aqui não é, pelo fato de ter havido uma briga lá em Goiânia, o Deputado achar que vai inventar um projeto e, em 5 segundos ou três fases, vai mudar a realidade. Acho que nós temos que deixar de fazer coisas paliativas e fazer a coisa séria. Agora, isso só vai acontecer se todo o conjunto envolvido cumprir sua parte.

Nós temos TACs assinados no Brasil inteiro. No meu Estado, o único ente que cumpriu todos os TACs foram as torcidas organizadas. Nem o próprio Ministério Público conseguiu cumprir, porque não cobrou posição das autoridades que tinham assinado.

Nessa longa experiência de 30 anos de arquibancada — estamos aqui em Brasília, há 4, 5, 6 anos, acompanhando esses projetos, alterações do Estatuto do Torcedor —, vimos algumas coisas que realmente têm que mudar.

Era para ser outro legado da Copa — até o GEPE; agora o BEPE seria o exemplo disso — termos o mesmo padrão de policiamento nos estádios. Hoje a grande maioria das capitais no nosso País não tem policiamento específico para o futebol, para eventos. Se



sair de São Paulo e for para o Goiás, vai ver que até hoje a situação está dessa forma. Se for para outro Estado, vai ver que a situação é totalmente diferente.

Uma torcida organizada aluga 10, 15, 20 ônibus, manda um ofício, recebe de um batalhão da Polícia Militar a informação de que está tudo autorizado e, depois de viajar por 20 horas, 24 horas, quando chega lá, dizem: "*Vocês não estão aptos a entrar, retornem para sua cidade*".

Então, a Casa tem que fazer cumprir a lei, Deputado. Nós temos visto muitos projetos serem aprovados aqui, mas a execução não está sendo feita.

Eu vejo, sim, a criminalização das torcidas organizadas. O nobre Vereador falou, sim, a respeito, e agora eu vou dizer por que esses projetos aqui não vão para frente. Essas pessoas que assinaram e participaram dessas reuniões... Muitos aqui hoje foram promovidos, são Procuradores do Ministério Público, outros foram promovidos a cargos nesta Câmara, a Vereadores e esquecem o que foi assinado. O poder público no Brasil é ridicularizado mais uma vez, porque a Copa do Mundo devia ter deixado este legado: investimentos e investimentos, milionários, bilionários. Volto a repetir: esse era o legado.

Pode procurar, nobre Deputado: foi assinada uma ata aqui, em 2014, por todos esses Ministérios, por todos esses órgãos, para deixarmos esse legado para o futebol brasileiro, para o torcedor brasileiro. E não foi feito isso. Pelo contrário. O legado é corrupção em cima de corrupção. E essas pessoas que assinaram isso não foram penalizadas em nada! Onde está o Ministério Público para cobrar isso? Eu sou funcionário público. Se não cumprir meu dever, vou responder administrativamente ou por omissão no cargo que exerço.

Deputado, espero ter contribuído.

Eu não sei uma maneira legal ou ainda não entendi, mas acho que a Câmara tem que ter esse gatilho, o de fazer chegar à ponta e de fazer as pessoas cumprirem, principalmente os clubes de futebol.

Este ano a *TV Globo* está gastando 2,6 bilhões com os clubes, com mídia. É dinheiro dos torcedores que compram *pay-per-view*, porque nada é dado de graça. A *Globo* não dá de graça esse dinheiro. E o que os clubes de futebol investiram? Não investiram 1 centavo disso no combate à violência. Tiram do torcedor, e não volta 1 centavo para o torcedor. O Estatuto do Torcedor é bem claro: é de responsabilidade dos clubes mandantes do jogo a segurança do seu torcedor.



Espero ter contribuído um pouco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço ao Sr. Cleomar Marques.

Finalizadas as apresentações, abrimos agora o espaço para o debate. Acho que o nobre Deputado Danrlei deseja fazer algumas perguntas.

Com a palavra o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz.

**O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ** (PSD - RS) - Sr. Presidente, antes eu falei sobre o projeto e agora quero falar um pouco como Parlamentar e, principalmente, como ex-atleta, como alguém que veio do esporte.

Desde o meu primeiro dia aqui, fiz questão de sempre participar da Comissão do Esporte, mesmo que nesta Casa ela não seja tida como uma Comissão tão importante — não há Deputados se acotovelando para participar dela. Eu nasci no meio, sou do meio, e o lugar em que tenho que estar é aqui. Eu me elegi graças ao esporte e é pelo esporte que estou aqui. Então, enquanto aqui estiver, esta vai ser sempre a minha Comissão principal. Tanto é assim que no meu partido ninguém sequer tenta tirar este espaço de mim.

Essa questão é muito complicada e muito difícil. Acho que todos os que falaram aqui têm razão no que disseram. Todos. É difícil chegar a comum acordo sobre esta questão. Todos os lados estão certos e todos estão errados ao mesmo tempo. Mas eu acho que só há uma forma de chegarmos a uma solução: pela boa vontade de todos. Não adianta lei, não adianta projeto, não adianta nada, se não houver boa vontade, seja do Ministério Público, seja da polícia, seja dos torcedores.

E aqui não falo de torcida organizada, porque para mim torcedor é torcedor. Não consigo separar um do outro. "*A torcida organizada é diferente do torcedor comum*", dizem. Não é. É torcedor igual. E, querendo ou não, os clubes são vistos e têm o seu tamanho pelo número de torcedores que têm. Se não fosse assim, a *Globo* não ia dar para o Flamengo três vezes mais do que dá para o Grêmio ou duas vezes e meia ou três vezes mais para o Corinthians do que dá para o Inter. Então, não adianta, o seu tamanho é visto pelo número de torcedores que tem. Aí é que está a questão.

Não podemos tirar o torcedor. Como atleta, digo o seguinte: se eu tiver que jogar sem torcida, a vontade vai ser do mesmo tamanho. A minha vida inteira me disseram: "*Bah! Tu gostas da torcida*". Eu digo: "*A favor ou contra, não me importa, eu quero ver o estádio*





*cheio*". O jogador cresce, o jogador tem mais vontade de jogar quando há torcida. Num estádio com 10 torcedores ou num estádio com 100 mil torcedores, o jogador vai jogar conforme o número de torcedores que estiver ali. Vai haver vontade conforme o número de torcedores. Não adianta.

Eu sou totalmente contra torcida única. Não sei a visão da polícia, mas eu, como atleta, e lá no Rio Grande do Sul, sempre briguei contra torcida única, tanto que até hoje nunca houve lá.

Eu acho que cada um tem que ter boa vontade e fazer a sua parte. Eu vejo aqui o Ministério Público — e pelo menos do meu Estado, o Rio Grande do Sul, eu posso falar — , que realmente tenta fazer um bom trabalho também. Está realmente com boa vontade, começa a ter boa vontade.

Sobre essas questões de que o torcedor falou, de que muitas vezes já vêm, não é nem com pedra na mão, mas com arma na mão, contra o torcedor, de que já partem do pressuposto de que ele está errado, não é assim. Temos que ter a boa vontade de ver que existem pessoas boas e ruins em qualquer lugar, tanto no Ministério Público quanto aqui nesta Casa, tanto na polícia quanto na torcida. Eu pelo menos tenho essa visão.

O Rio Grande do Sul está começando a melhorar, está começando a entender. Vejo que no Ceará — e não sabia disto, tenho que parabenizar — todos os entes estão realmente com boa vontade para fazer acontecer.

A Brigada, do Rio Grande do Sul, muitas vezes é o único setor que tenta ajudar na segurança. Os clubes é que deveriam, isto sim, gastar um valor e se comprometer um pouquinho em dar segurança a todos. Poderiam pagar por segurança privada ou, de alguma forma, pagar a policiais no seu dia de folga e aumentar a segurança de todos, até mesmo do próprio torcedor das organizadas.

Eu posso falar do Rio Grande do Sul, onde já fiz questão de entrar junto com a torcida. No Rio Grande do Sul, a torcida não é a organizada, mas é organizada na geral. Vi muitas vezes a segurança privada do clube cutucar o torcedor para ele fazer alguma coisa, instigá-lo à violência, a fazer alguma coisa errada. Eu já vi isso. Não estou dizendo porque me contaram, mas porque vi. Estou falando da Brigada porque a Polícia Militar não fez isso. Quando entra naquela parte em que deveria haver a biometria, vi os torcedores serem instigados a fazer alguma coisa errada. Para quê? Para serem punidos. Eu vi isso e acho uma sacanagem muito grande.



Então, acho que, se não houver boa vontade por parte de todos, de todos mesmo, não vai andar, não há projeto. Não adianta dizer: "*Fazem as leis, mas o pessoal não cumpre*". Não adianta só fazer leis. Tem que haver vontade por parte de todos para resolver o problema. Eu acho que é muito mais simples do que se imagina e acho que o Ceará está nos dando um recado bonito sobre isso. Devemos nos sentar todos e conversar.

No Rio Grande do Sul, estamos começando a fazer com que todos conversem e cheguem a algo de comum acordo, sem dizer: "*Se tu não fizeres, vais ter punição assim; se tu não fizeres, vais ter punição assado*". Não. É fazer de verdade, é querer que as coisas andem. No Rio Grande do Sul, as coisas estão começando a andar. Demorou, demorou um pouquinho, porque, é claro, ninguém quer ceder.

Falam que o que mudou, o que melhorou a questão da violência foi a retirada da bebida do estádio. Eu não acho isso. Acho que o que ajudou a diminuir a violência nos estádios foi a presença ali do Juizado do Torcedor — não sei se cada Estado tem um. Se o torcedor fizer algo de errado, na hora ele já terá a punição. Isso pode ter ajudado, mas não acho que foi a proibição da bebida.

Lá em Porto Alegre, ao redor da Arena tu não encontras uma casa que não seja bar, enquanto dentro do estádio tu colocarias, sei lá, dez espaços para bar, para o cara tomar uma cerveja.

A Copa do Mundo mostrou que não é a bebida que é o problema. A Copa mostrou que a segurança é o problema, muitas vezes. E a culpa não é da Polícia Militar. Não há como, numa cidade como Porto Alegre, mandar todos os policiais, em dia de jogo, para perto do estádio. Tu tens que aumentar o número de policiais, porque a cidade continua grande, a cidade continua andando. Tu não podes tirar todos policiais do seu setor e jogá-los perto do estádio. Tu tens, isto sim — e eu acredito que os clubes têm dever neste sentido, seja com a Brigada, seja com segurança particular —, que aumentar a segurança dentro e ao redor do estádio. Os clubes acham que a preocupação deles é a partir do momento em que tu estás dentro do estádio. Não. Acho que, a partir do momento em que o clube tem os seus torcedores, aqueles que estão indo lá por um único motivo, que é torcer para o seu clube, ele tem o dever também de fazer a sua parte.

Eu falo sempre do meu Estado porque é lá que tenho experiência. O pessoal da Brigada pede aos clubes que pelo menos ajudem a trazer os policiais que estão no seu momento de folga e paguem a eles para trabalhar, mas os clubes acham que não é dever



deles. Eu acho que é. Eu acho que é dever deles, sim. Eu acho que todos têm que fazer a sua parte. O clube, principalmente, tem que fazer mais. E olha que sou conselheiro de um clube hoje, torcedor de um clube. Sou sócio, pago há 30 anos pela minha carteirinha, sou conselheiro, mas vejo que o clube deixa a desejar. E não é só o meu, são todos. Todos deixam a desejar. Jogam para cima da Brigada — para nós a Brigada é a Polícia Militar — toda a situação, como se a culpa fosse da Polícia Militar, que não faz nada. Mentira! O clube acha que a Brigada é obrigada... Não. A Brigada tem que fazer a sua parte, mas em dia de jogo é muita gente ao mesmo tempo. Então, todos têm, sim, que se comprometer um pouco mais. Todos juntos.

Parabéns por esta audiência importantíssima, Deputado. Eu acho que tem que ser a primeira de muitas. Nós temos que chegar a um denominador comum que seja bom para todos. Que o Ministério Público possa fazer a sua parte com aqueles torcedores que realmente estão fazendo algo de errado, que não são torcedores, na minha visão. Quem vai para um estádio e quer bagunçar não quer ver futebol, não é torcedor. Nós não podemos agora achar que toda a Gaviões é ruim, porque uma pessoa lá dentro fez algo de errado. Não é assim. Eu não concordo com isso. Mas quem errou tem que ser punido.

Também acho que não é o próprio torcedor que tem que fazer a identificação. Não é assim. Eu já vi no Grêmio uma pessoa que não ia ao estádio ser identificada. *"Tu não vais ao estádio mesmo. Foi tu que erraste"*. Também não é assim. Tem que ser punido quem erra. Ponto. Não tem que ser punida a torcida. Nem se pode permitir que um bode expiatório assumo a culpa por alguém, porque será conivente com a violência também.

Eu acho que tem que ser feita alguma coisa muito séria, muito bem pensada. Nós só não podemos fazer com que as pessoas percam a vontade de ir aos estádios de futebol torcer. Disso todos nós somos culpados, todos nós, de todos os lados — o torcedor também. No momento em que começa a haver muita violência, outros torcedores não vão aos estádios. Todos somos culpados e todos podemos resolver juntos. Se não sentarmos todos juntos e não tomarmos a decisão de mudar, de fazer diferente, nada não vai acontecer. Não há lei, não há projeto que dê jeito. E não adianta colocar 20 mil policiais ao redor do estádio. Quando quiserem fazer bobagem, vão fazer. Acho que nós todos temos que ter boa vontade. Por exemplo, no Rio de Janeiro, o major fala a seus policiais: *"Vamos ter mais calma, vamos ter um pouco mais de tranquilidade com o pessoal"*.



Tiraram a bebida de dentro do estádio, mas lá fora as pessoas bebem desde cedo. No estádio do Grêmio acontece o seguinte: se o jogo vai começar às 5 horas da tarde, desde as 9 horas da manhã começam a beber. Mais cedo ou mais tarde algum torcedor vai passar do limite.

Eu sou do tempo em que havia até partida preliminar. Tu vias o pessoal do juvenil, do júnior jogar. Sempre havia um joguinho bom. Eu era dos juniores ainda, morava dentro do Estádio Olímpico e começava a ver jogo às 2 horas da tarde. O jogo principal era às 5 horas. Todo mundo ficava tranquilo, os torcedores chegavam antes. Dispersava mais a torcida. Agora, todo mundo entra no estádio 2 minutos antes de começar o jogo. Ficam todos bebendo lá fora, não querem perder 1 segundo, o que é natural, porque vão chegar lá dentro e não vão poder beber nada. Você está num entretenimento, numa diversão, e não pode tomar a sua cervejinha?

Muita gente pode ser contra, mas acho que esse não é o motivo da violência. Primeiro, temos que conversar e mostrar que futebol não é isso, que futebol é diversão. É uma diversão que vai para o mundo inteiro. Nós vimos agora, na Argentina, a vergonha que foi a final da Libertadores. Eu nunca tinha visto uma vergonha tão grande na minha vida. Estamos jogando por uma taça que é nossa em outro continente. Desculpem-me, mas isso é inaceitável.

Eu acho que por isso nós temos que começar a nos unir e a fazer aquilo que é melhor para o nosso futebol, se é que queremos ver um futebol bonito, que seja visto pelo mundo inteiro. Querendo ou não, quanto melhor for, quanto mais amigável for, mais os clubes vão ganhar, e contratar melhores jogadores, e parar de vender jogadores com 15 anos de idade, o que eu acho um absurdo também. Vendem jogadores de 15 anos de idade sem passarem por nenhum time daqui. Há jogadores brasileiros que nunca vimos jogar e estão na Seleção, não só na do Brasil, mas também na seleção de outros países. Por que isso?

Então, eu acho que deve haver boa vontade por todos nós. No que eu puder ajudar, eu estou à disposição de todos. Acho que o futebol realmente merece que tenhamos boa vontade e esforço para que as coisas aconteçam.

Desculpem-me por eu ter passado do tempo, mas esta é uma questão que vem do coração.

Obrigado, Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço ao nosso nobre Deputado Danrlei. Com certeza, quem gosta do assunto colabora e tem vontade de falar muito grande. Pode ter certeza de que todos os depoimentos serão levados em consideração.

Vou ler algumas perguntas dos internautas. A maioria delas foram feitas na mesma linha do que já foi falado pelos expositores.

Welson Roberto, da Associação Mancha Alviverde, pergunta: "*Se partirmos da premissa de que devemos "acabar" com as torcidas organizadas devido atos de violência individuais, poderíamos solicitar extinção de outras organizações?"*

Isso já foi citado por alguns dos que estavam aqui.

João Rodrigues Rosa pergunta ao major o seguinte: "*Major Hilmar, sob intervenção federal desde fevereiro, o Rio de Janeiro registrou 895 mortes pela polícia em intervenções de janeiro a julho deste ano. O número representa uma média de 4 por dia, sendo 39% maior do que as 643 registradas no mesmo período do ano passado.*"

Guilherme Charles, do Coritiba Foot Ball Club, também na mesma linha, pergunta: "*A extinção das TOs acompanha medidas profiláticas de modo a garantir a segurança dos torcedores em dias de jogos? Qual a garantia que o fim da TO como pessoa jurídica implica diretamente em melhorias nas condições de acesso (...) dos torcedores?"*

Isso também foi bem debatido aqui.

Caio César, do portal O Canto das Torcidas, pergunta: "*Olá senhores, me chamo Caio César e administro o maior portal sobre torcidas do Brasil, o "Canto das torcidas". Gostaria de perguntar se a vontade dos senhores é acabar com a violência, ou acabar com as torcidas? Não acham que punir o CNPJ e deixar o CPF livre por aí, é uma atitude contrária?"*

Bom, esclareço ao autor dessa pergunta que é mais no sentido do que está acontecendo hoje aqui, ou seja, o debate de uma proposta. Informo que de um relatório que nós vamos emitir pode sair o arquivamento, pela improcedência, pode sair a aprovação e pode sair a aprovação com substitutivo. Essas são as três alternativas que eu tenho como Relator.

Luciano Santos pergunta: "*Como utilizar as mídias sociais para conscientização dos torcedores?"*



O que eu observo, de modo geral, é exatamente essa questão. Muitas coisas das torcidas organizadas deveriam ser divulgadas.

Aproveito a oportunidade para fazer algumas perguntas neste sentido. Qual é o trabalho que as torcidas organizadas fazem, principalmente trabalho social e trabalho de mídia, para a conscientização da população em relação às suas atividades?

Também destaco, Deputado Danrlei, que é muito fácil, em dia de clássico, em dia de jogo de futebol, algum problema que acontece nos estádios ter maciça divulgação pela mídia. Aqui, de todos os convidados da mídia, nós não tivemos sequer a presença de um representante para esta discussão. Então, essa é outra observação que nós fazemos.

Tiago Melo pergunta: *"Vendo o atual momento brasileiro, com vários problemas sociais, corrupção, saúde, educação, segurança, torcida organizada não seria o último dos problemas?"*

Carlos Daniel, do Sport Club Corinthians Paulista, pergunta: *"Por que os senhores têm essa visão (...)?"*

Mais uma vez nós explicamos que esta é uma audiência para que nós possamos emitir um relatório a respeito de uma proposta.

Ricardo Panéla, Conselheiro do Sport Club Internacional, Diretor do Departamento de Torcidas do clube, diz: *"Vejo uma ânsia de alguns Deputados e Senadores em acabar com as Torcidas, sob o argumento de que estas são violentas e corruptas. Sabendo que a PM no Brasil é uma das polícias mais violentas do mundo..."*.

Breda Júnior questiona por que, em vez da extinção e da proibição, que já vêm desde 1995, não se punem os envolvidos que se metem em confusão.

Diante do avançado da hora, vamos para as considerações finais. Se alguém, diante de algumas dúvidas e perguntas que eu vou fazer, quiser utilizar do tempo também para responder, poderá fazê-lo.

Vou fazer a pergunta e basta que um dos representantes das torcidas organizadas a responda. Há alguma ação social que as torcidas podem fazer principalmente com jovens e crianças?

Eu acho que o representante do Ministério Público pediu também a palavra. Ele, que foi citado, terá o tempo que achar necessário para responder, e peço que também responda quais são as ações mais efetivas para o caso de um confronto de torcidas.





A partir de uma observação que faço com relação ao Rio de Janeiro, dirigi uma pergunta ao major: ocorre a compra da folga do policial? Eu acho que isso acontece na maioria dos Estados.

Eu deveria ter falado isso no início, mas eu sou do Estado do Piauí, onde não há essa tradição de torcidas organizadas. Nós temos dois clubes, o Flamengo-PI e o River-PI, que, mesmo tendo torcidas pequenas, possuem torcidas organizadas. Mas existe a figura da compra da folga do policial.

Foram citadas as cifras pagas pela *TV Globo* a determinados clubes e federações que recebem recursos. Eu também sou capitão da polícia. Trabalhei muito tempo em jogos e vi exatamente essa questão. Há recursos, há lucros em torno desse evento, mas não há investimento na segurança. A partir do momento em que se compra a folga do policial, pode ter certeza de que vai haver um batalhão de policiais voluntários para fazer a segurança do jogo.

Penso que um evento com torcida única no estádio, por exemplo, o que eu acho que tem sido comum no Estado de São Paulo — não sei se no Rio de Janeiro também há torcida única —, traz prejuízo. Caso se libere as duas torcidas e se direcione parte do recurso gerado para o policial, eu não tenho dúvida de que vai haver controle, e nós vamos ter um espetáculo. Imaginem uma partida de futebol americano sendo assistida por uma torcida única. E nós, que temos como tradição o futebol, estamos com essa situação em alguns jogos.

Então, inicio passando a palavra ao representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Pedro Rubim, para que faça suas considerações finais.

**O SR. PEDRO RUBIM FORTES** - Obrigado.

Eu gostaria de aproveitar o gancho do Deputado Danrlei, que falou da questão de que é importante a presença do público, para lembrar que no Rio de Janeiro, neste ano, nós tivemos um jogo de um dos clubes que usam o Maracanã com recorde de presença, com o maior público registrado desde o início dos anos 80. Então, esse é um sinal de que alguma coisa de certo e de bom a Polícia Militar — e quero dar parabéns ao BEPE — e as autoridades estão fazendo, porque os estádios nunca estiveram tão cheios nos últimos 30 anos como nesse último Campeonato Brasileiro de Futebol.

Isso serve também para apresentar esse contraponto ao que foi dito pelas torcidas, porque um instrumento que tem sido utilizado pelas autoridades é a sanção prevista no art.





39-A. Isso tem sido aplicado como parte de um repertório muito grande. Não há um único repertório, mas é importante que algo do tipo seja parte de um repertório.

É importante fazer o esclarecimento de que existem outras situações no Direito brasileiro em que isso é aplicado. O Sr. Cleomar Marques disse que não existe, mas existe. Por exemplo, a minha função principal na Promotoria onde eu trabalho é defender a ordem urbanística. Então, quando existe um loteamento irregular, a associação de moradores ali presente que loteou irregularmente aquilo que é público é ré numa ação civil pública — a situação é idêntica à de uma associação de torcedores. O loteamento pode ser pobre ou de classe alta, como um condomínio de alto luxo. Se ele for irregular, a coletividade vai ser ré naquela ação de qualquer maneira. É possível estabelecer um paralelo disso com o caso de uma associação de torcedores.

Então, desde a *class action* dos Estados Unidos, a ação coletiva passiva é um instrumento utilizado no Direito tanto no Brasil como em outros países. Eu poderia dar o exemplo também de federação poder estar no polo de uma ação como ré. Esse é o caso da FETRANSPOR, do Rio de Janeiro, que, numa ação, está no polo passivo por conta de uma série de atos de desvio que foram feitos. Então, essa não é uma questão que atinge apenas torcida organizada, não há uma discriminação, não há uma criminalização. Há uma possibilidade que é aplicada.

Foi perguntado pelo Vereador Márcio por que não se pune o indivíduo. Eu olhei nos olhos das torcidas organizadas quando negocieei o termo de ajuste de conduta com elas. Houve 1 ano de negociação. Após dezenas de horas de boa vontade e boa-fé, como sugeriu o Deputado, como o senhor sugeriu, chegamos a um termo, a um denominador comum, que foi aprovado por todas as agremiações, com uma proposta de zerar, de começar do zero, de não olhar para trás. Isso estava indo muito bem. Nós assinamos o documento em junho de 2011 e, em junho de 2012, íamos completar 1 ano sem nenhuma morte, sem nenhum incidente. No entanto, por um acidente, no dia de um jogo entre Vasco e Botafogo, um torcedor do Flamengo que voltava para casa, que havia esquecido que haveria essa partida pela final da Taça Rio, foi emboscado por cem torcedores do Vasco, agredido a pedradas e morto. Como se identifica quem matou quando cem pessoas estão perseguindo e matando? Os culpados integravam uma família da facção, da torcida organizada. Nesse caso, não é possível individualizar e identificar alguém. Por isso, essa foi a grande primeira punição da Força Jovem do Vasco. Foi negociada uma suspensão olhando nos olhos do



presidente da torcida na época, com termo de ajustamento de conduta também, com respeito, com boa-fé e com reciprocidade.

Nós estamos abertos ao diálogo. Mas consideramos que é importante também que as próprias torcidas façam uma autocrítica, vejam as dificuldades e as coisas que têm que fazer para assumir suas responsabilidades, para tentar, de fato, acabar com esse tipo de ato.

As torcidas organizadas são suspensas coletivamente porque um grande número de torcedores fazem ações de violência coletivamente. Não é possível identificar um indivíduo porque não foi só um que praticou o ato. Quando cem pessoas partem para agredir um rival, não é possível punir só uma. Cadê a liderança para conter e para dar o exemplo? Então, é importante também que se faça o dever de casa, para que não exista esse discurso de extinção das torcidas organizadas. Das 50 torcidas do Rio de Janeiro que assinaram o TAC, 5 têm sido repetidamente punidas, uma minoria. Se elas fizerem o dever de casa, vai haver um discurso melhor.

Acho que é importante existir essa consciência de que, no caso dos estádios, pelo volume de torcedores que verificamos este ano, temos feito um trabalho bom em termos de autoridade. Ocorreram algumas punições. A torcida Força Jovem do Vasto tem, enfim, motivos para ficar preocupada, porque está suspensa há bastante tempo. Mas é importante também que ela resgate aquela boa vontade do início do TAC, corrija os problemas e deixe de desafiar as autoridades para que acabe essa suspensão. Acho que isso será bom para a torcida, para o futebol do Rio de Janeiro e para todos os cariocas.

Essa era a minha mensagem, minha consideração final.

Da nossa parte, achamos que a situação melhorou muito. Voltamos ao estágio em que estávamos nos anos 80, quando havia muito pouca violência nos estádios. E é importante avançar. Esperamos que esse projeto da biometria tenha sucesso.

Estamos à disposição desta Comissão para contribuirmos como pudermos.

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço ao Dr. Pedro Rubim Fortes.

Vou passar a palavra ao Major Hilmar, que também está querendo se despedir, e depois para V.Sa.

Antes, porém, quero dizer, Dr. Pedro, que são importantes essas discussões e que é importante a sua participação. Espero também contar com a sua colaboração para



fazemos um relatório bem abalizado daquelas situações que encontramos pela via e pela visão do Ministério Público.

Passo a palavra, então, ao Major Hilmar.

**O SR. HILMAR FAULHABER NETO** - Já fazendo uma fala de despedida, quero complementar o que Dr. Pedro Rubim disse sobre a punição individual. Eu falo pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: não é objetivo nosso, não é nossa intenção punir a torcida como um todo. Nós sempre buscamos, realmente, identificar a pessoa que cometeu o delito e punir aquela pessoa, e isso já aconteceu várias vezes. Porém, quando há a participação de um grupo que representa a torcida e, muitas das vezes, até da liderança de torcidas, aí, sim, cabe uma punição à torcida solidariamente. Então, esclareço aos senhores que não é intenção nossa, em nenhum momento, punir a torcida como um todo. Buscamos sempre identificar os culpados.

Sobre a questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Major, gostaria de apenas fazer uma pergunta a propósito disso. Quem faz o controle do cadastro? É a Polícia Militar?

**O SR. HILMAR FAULHABER NETO** - Lá no Rio de Janeiro, quem faz o controle é a Polícia Militar. O presidente da torcida leva a documentação com o registro dos seus torcedores, tudo consignado direitinho em ata, ao BEPE, e lá é realizado o cadastro. Aí, de acordo com o número de cadastro, vamos autorizando os torcedores a entrar com certa quantidade de material: um tambor, uma bandeira a mais. Às vezes foram cadastrados 50 itens, e a torcida leva mais alguma coisa. Esse cadastro tem que ser atualizado de 6 em 6 meses.

O trabalho é imenso, porque a documentação para o cadastro chega com um monte de erros. Por exemplo, há caso de torcida do Rio que inclui pessoa que mora lá em Manaus. Então, temos que passar todos os cadastros por um filtro, e, se há erro, nós mandamos a documentação voltar. Eles reclamam bastante disso, mas essa é uma coisa que tem que ser feita com seriedade, até porque todo esse cadastro vai para o Ministério Público, que também colabora com o controle. Assim o trabalho é feito.

Pena que só esteja aqui o representante do Rio, da Força Jovem do Vasco. Queria até que houvesse outros como ele aqui. Conversamos bastante sobre o que eu falei aqui da punição individual, Pedro, com as torcidas organizadas que vão às reuniões no GEPE. Vocês não têm ido porque estão há um tempo sendo punidos, mas o pessoal que vai ao



GEPE para as reuniões ouve e fala sobre isso. Sempre tentamos buscar o diálogo. Quando fazemos uma prisão, o presidente vem e fala conosco. Sempre tentamos fazer essa interação. Procuramos manter sempre os mesmos policiais na escolta dos mesmos torcedores para eles terem aquela sensação de *"Pô, como é que vou agredir aquele policial se aquele policial estará me escoltando no próximo jogo também?"* Então, buscamos fazer essa aproximação com os torcedores.

Pena que só esteja você aqui, mas conclamamos as lideranças para agirem a fim de que se acabe com essa violência, esse confronto, essa história de um querer tirar a vida do outro, de um querer bater no outro. Isso não tem razão de ser. Muita gente ali tem filho, tem esposa, tem pai, tem mãe, e todo mundo sofre com isso. Não há lógica nisto: por causa de um clube, as pessoas entrarem em confronto e um tirar a vida do outro.

Quero encerrar a minha fala pedindo a paz. Pena que só você está aqui, Pedro, mas você e os outros podem transmitir a mensagem. Acho que a ANATORG pode me representar e reproduzir essa minha fala pedindo a paz. Vamos tentar trabalhar em conjunto.

O que custa os clubes investirem? A torcida organizada pode fazer um cadastro no clube, o clube pegar esse cadastro e enviá-lo à CBF, para ela fazer um cadastro nacional, um banco de dados nacional. Assim se poderia controlar a entrada no estádio por biometria. Aí, contrario um pouco a fala do senhor...

**(Não identificado)** - Os clubes já foram à CBF afirmar que não vão assumir esse custo da biometria.

**O SR. HILMAR FAULHABER NETO** - Aí o custo de tudo acaba recaindo sobre a força pública, inclusive o de responder pelas coisas que acontecem no entorno do estádio. Isso tem que ser repensado a fim de achar uma forma de todo mundo ganhar.

Eu tiro o meu policial da sua folga para trabalhar num evento praticamente privado. Ele, que poderia estar com a família, sai da folga e vai trabalhar. Não vai satisfeito, claro, mas exerce a sua função. No final, quando ocorre algum problema, sempre a questionada é a Polícia Militar, a culpa recai sempre em cima da Polícia Militar.

Acho que está na hora, como ele falou, de haver realmente uma união de todo mundo. Os clubes têm que trabalhar em cima de uma proposta para assumir esse cadastro e mandá-lo para a CBF. Ou a CBF poderia assumir um cadastro nacional, fazer a digitalização.



Falo da digitalização das informações só para os integrantes de torcida organizada porque, num estádio com capacidade para acima de 40 mil pessoas, como os que temos no Rio de Janeiro — e o nosso povo tem costume de entrar meia hora antes do jogo —, se botarmos a biometria para todas as pessoas, vamos causar um problema de tumulto na entrada. Por isso que eu falo só das torcidas organizadas. A biometria, quer queira, quer não queira, num banco nacional, vai ficar lenta. A leitura vai ficar lenta, e aí vai haver transtorno. Pode ser feito um teste para ver se ela funciona, mas realmente, no meu entendimento, pelo que eu vejo, pode haver uma lentidão e isso causar problema na entrada. Mas é válido o teste.

**O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PSD - RS)** - A questão é mais não haver discriminação com nenhum torcedor. Essa é a ideia.

Defendemos que não tenha que haver o cadastro. Por que haver cadastro antes do jogo para alguns? *"Ah, mas é para a torcida organizada"*. Tudo bem. Mas é a polícia quem vai determinar quem não pode entrar no estádio, quem está proibido.

O restante eu acredito que não seja tão demorado. Se a digital da pessoa não corresponder à registrada, vai dar verde. Isso é rápido. Eu imagino que aquele que não pode entrar e sabe disso não irá mais ao estádio.

É só isso.

**(Não identificado)** - Nessa conversa de Torcida Legal, haveria um acordo entre o Ministério da Justiça e o próprio TRE para a transferência de dados. Não seria preciso nem fazer o cadastro novamente. Os dados do TRE automaticamente já estariam a serviço desse sistema, para não haver esse trabalho que *(ininteligível)*.

**O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PSD - RS)** - Mas é preciso começar do zero. Não adianta pegar a ideia da Torcida Legal.

Major, desculpe a interrupção.

**O SR. PRESIDENTE (Capitão Fábio Abreu. PR - PI)** - Eu quero agradecer ao nosso Major Faulhaber Neto pela colaboração. Ele justificou que vai ter que se retirar em função de voo.

Pode ter certeza de que a sua colaboração aqui foi importantíssima. Agradeço ao Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro pela gentileza de autorizar a sua vinda a esta audiência.

Muito obrigado.



Vou passar a palavra ao Vereador Márcio Martins, que está com o mesmo problema de voo. Depois, eu passo a palavra ao nosso Deputado Goulart.

**O SR. MÁRCIO MARTINS** - Primeiro, eu quero dizer que lamento não poder ficar até o final. O nosso voo sai daqui a 50 minutos, então nós vamos ter que sair correndo. Ainda bem que não há bagagem para despachar.

Quero dizer que foi extremamente engrandecedor este momento, mais um de que nós tivemos a oportunidade de participar aqui. E mantemos sempre o entendimento de que essa discussão tem que ser realmente paritária, como ela tem sido hoje, envolvendo os mais diversos poderes e a sociedade civil organizada.

Eu quero provocar mais uma vez a ANATORG. Faça realmente, Minduím, o seu papel de articulação nos demais Estados, cobrando que eles tenham, como nós temos hoje, um comitê permanente junto à secretaria. Temos um grupo de trabalho permanente composto por todos os órgãos envolvidos de todos os Poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo — discutindo o assunto o ano todo. Não se pode fazer isso só em véspera de jogo. É preciso sempre se trabalhar planejando preventivamente. Eu acho que isso é importante.

Esse tipo de ação tem que ser estendido nacionalmente. Que nós possamos ter um grupo de trabalho nacional permanente. Vamos aproveitar este momento, em que está havendo essa transição de governo. Dá para a gente começar isso já no início do novo Governo, e precisamos cobrar dos nossos representantes.

Eu falo aqui mais na condição de cidadão. Tenho tentando fazer o meu papel lá — você acompanha o nosso trabalho. Que nós possamos cobrar a criação de políticas de Estado para as torcidas organizadas, porque os governos vão passando, e quem pode conquistar políticas de Estado é a sociedade civil organizada. Ela precisa se organizar, cobrar e supervisionar todos os passos.

Acho que foram muito válidas algumas intervenções que foram feitas aqui. Vamos zerar algumas histórias que aconteceram no passado com os mais diversos poderes.

Quero dizer a todos que nós lá no Estado do Ceará estamos à disposição para contribuir com um pouco do que nós acertamos. Nós também queremos aprender com alguns Estados sobre algumas intervenções que têm sido importantes, para que nós possamos colocá-las em prática lá.

Meu muito obrigado a todos. Parabéns por este momento importante. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Muito obrigado, Vereador. Pode ter certeza de que vamos ao Estado do Ceará, que fica muito próximo do nosso Estado do Piauí. Somos vizinhos. Eu vou pessoalmente até lá acompanhar esse trabalho, para que nós possamos ter uma ideia melhor da situação.

Bom voo!

Passo a palavra ao nosso Deputado Goulart.

**O SR. GOULART** (PSD - SP) - Quero cumprimentar o Deputado Capitão Fábio Abreu, o representante do Ministério Público do Rio de Janeiro Pedro Rubim Fortes, o nosso Presidente Minduím, da Associação Nacional, e o meu Presidente Digão, com quem convivo há tantos anos na nossa instituição Gaviões da Fiel. Na pessoa do Alex Minduím eu também cumprimento os demais membros de torcidas.

Quero cumprimentar ainda o meu querido amigo e parceiro, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz. Eu já o xinguei muito da arquibancada, porque ele era um goleiro muito chato, que provocava muita gente, mas ele é um amigo querido. Nós passamos a ter uma relação na mesma bancada, um torcedor e um grande profissional jogador, que irritava muito todas as torcidas, mas que, para o time dele, com certeza foi muito importante.

Em muitos momentos da vida houve muitas iniciativas tentando acabar com a torcida organizada. Mesmo que aconteça de uma lei um dia ser aprovada, o que não vai acontecer — espero —, nunca vão acabar com a família que já existe. No nosso caso, no dia 1º de julho do ano que vem vamos completar 50 anos de existência. E os meus filhos, os filhos dos meus filhos, os filhos dos filhos dos meus filhos vão crescer Gaviões da Fiel e vão morrer Gaviões da Fiel, assim como ocorre nas outras entidades. No caso de São Paulo, a segunda torcida organizada, que é a Torcida Jovem do Santos, nasceu 2 meses exatamente depois da Gaviões da Fiel. Nós fomos fundados do dia 1º de julho de 1969, e eles no dia 1º de setembro. Convivemos com a Torcida Jovem dos Santos, cujo primeiro presidente foi o Cosme Damião Freitas Cid, até hoje. Trata-se de uma verdadeira família.

Assim como existem divergências na sociedade, elas existem na torcida organizada, não é? E uma sociedade, muitas vezes, se torna violenta, o que é lamentável.

A torcida foi constituída para cobrar e para incentivar o clube. Nós sempre fomos tidos como o décimo segundo jogador. No momento em que os clubes precisam da torcida, vão atrás dela. No momento em que ocorre qualquer problema, os clubes também tentam se ver livres das torcidas.





Tivemos em São Paulo alguns momentos extremamente difíceis em que torcidas foram proibidas de usar o seu manto sagrado, a camisa. Não vão conseguir isso. Mesmo tirando a camisa de cima da pele, ela vai estar dentro do coração. O nosso símbolo está lá cravado e nunca vai sair do nosso corpo.

Recentemente, a nossa instituição e algumas outras também foram proibidas, por quase 2 anos, de utilizar a camisa. Houve um avanço. Eu tive oportunidade de participar de uma reunião com o comando do 2º Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar e com a Promotoria Pública. Mas voltaram a aplicar regras como essa que foi citada pelo major do Rio de Janeiro, o que achei extremamente lamentável.

Em São Paulo, inaugurou-se uma coisa totalmente desnecessária, que é o jogo de uma só torcida. É a mesma coisa que alguém ir ao baile e tirar a irmã para dançar uma música lenta. Não há nenhum sabor. Quando os meus adversários ganham o jogo ou ganham o campeonato, durante a semana inteira ou o mês inteiro, recebo chacotas, piadinhas. Isso faz parte. Eu também adoro fazer isso. Às vezes eu não durmo na noite de jogo só para falar sobre o que aconteceu com os nossos adversários. Então, é lamentável que tramitem projetos com o intuito de proibir essas atitudes.

Tramita também nesta Comissão projeto de minha autoria que proíbe torcida única. Inclusive esse projeto recebeu emenda por parte do Deputado Andres Sanchez. Eu não estou falando de torcida organizada somente, mas de torcida única. O torcedor organizado tem que estar no campo, como o Deputado Danrlei acabou de falar, e não pode haver uma regra para a torcida organizada e outra para o torcedor.

Nós da torcida organizada somos torcedores. A única coisa que nos diferencia, até no nosso próprio estádio, é que nós assistimos ao jogo de pé, da arquibancada, porque, se botarem cadeira lá, ninguém vai sentar. É natural até que quebrem o banco. Então, a opção na Arena Corinthians foi deixar sem os bancos aquele setor em que fica a torcida, porque a torcida vibra o tempo todo, confraterniza o tempo todo, empurra o time o tempo todo.

Portanto, é muito importante que haja uma organização nacional. Em vários momentos da vida em que houve proibição total da torcida fizemos ações humanitárias e inclusive ações ecumênicas — houve atos até em Aparecida do Norte, aonde fomos com todas as torcidas de São Paulo e fizemos uma celebração — pela volta da torcida organizada. Houve inúmeros momentos da vida como esse.



Vocês que são torcedores bem mais jovens em São Paulo não lembram, mas Dom Paulo Evaristo Arns, o nosso arcebispo de São Paulo, travou uma luta. Houve uma época em que se queria tirar o título de santo de São Jorge, e ele fez uma grande ação para que isso não acontecesse. São Jorge é padroeiro não só de vários Estados, mas também de vários países, como a Turquia. No Rio de Janeiro, é feriado no dia 23 de abril, em sua homenagem. Quando Vereador de São Paulo, eu aprovei uma lei transformando o dia 23 de abril no Dia do Torcedor Corinthiano. Então, a representação de São Jorge é muito forte para nós.

Nós temos uma história de vida junto à torcida organizada. Ali eu sou padrinho de casamento de alguns e escolhi os padrinhos de batismo dos meus filhos. Então, nessa família, nossa corrente jamais será quebrada, como dizemos no nosso jargão — ela jamais será quebrada!

Nós temos realmente que evoluir. Estamos evoluindo a cada administração. A renovação é de suma importância. Hoje temos uma diretoria jovem. Outra diretoria muito jovem em nossa instituição acabou de sair também, no começo deste ano. E, cada vez que se renova, renova-se para melhor. É muito importante que isso ocorra. Essa juventude tem muita energia.

Nós que já estamos com mais de 30 anos — embora algumas pessoas não acreditem, tenho mais que isso — já não temos tempo nem energia para frequentar o campo ou outro local com a mesma intensidade. Hoje tenho o privilégio de, além de ser gavião, presidir o Conselho Deliberativo do Sport Club Corinthians Paulista. Várias pessoas, membros da instituição, acessaram o Conselho Deliberativo do clube. Para nós, isso é um privilégio. Não sai do coração o nosso manto sagrado da Gaviões da Fiel, mas respeito todas as demais torcidas.

Há o infortúnio de alguns diretores que ficam falando que estádios de outros clubes não são estádios. Isso é competência dos clubes. Eu quero que os meus diretores não se espelhem em clube nenhum, mas o que der para copiar de bom, que copiemos. Se copiarem de nós o que for bom, também é muito bom. Isso é bom para o esporte. Eu quero ter a maior torcida do mundo, mas quero que os outros também se fortaleçam, porque quanto mais forte for o nosso adversário melhores serão as nossas vitórias.

Fazemos sempre uma brincadeira com o Deputado Danrlei. Eu acho muito interessante o que fazem lá no Rio Grande do Sul. O Deputado Danrlei vai a todas as



inaugurações, com outros ídolos do seu clube. Está lá o consulado do Grêmio. Por muitos anos, nós tivemos no Corinthians o representante do clube daquela cidade. Há inúmeras subsedes da nossa instituição e também de outras. Isso funciona. As pessoas se encontram para ver jogos e se encontram em determinados pontos, a fim de irem para São Paulo assistirem aos jogos ou fazerem outras viagens. Eu poderia ficar falando aqui da torcida organizada por muito tempo.

Eu quero cumprimentar o capitão. Não existe preconceito. Nós estivemos, por muitos anos, na Polícia Militar do Estado de São Paulo, que é uma das melhores polícias do nosso País. Como oficial, certamente V.Sa. deve saber disso. Não é a mais bem paga, mas é bem qualificada. Nos tempos áureos, passou por lá o Comandante Faroro, do 2º Batalhão de Choque, auxiliado pelo Rezende. Os dois estão na reserva como coronéis e entendiam a torcida pelo olhar. O Comandante Faroro olhava para a liderança — naquela época, eu estava mais na arquibancada —, e sabíamos o que ele queria dizer.

Houve momentos em que não havia conversa, era porrada dos dois lados, mas hoje vivemos um momento especial. Nós não queríamos, e até acho ruim usar a expressão "porrada", mas fomos tratados de maneira extremamente agressiva. Lembro-me de um jogo entre Corinthians e Fluminense, que foi uma coisa de louco.

Estava lá o Jarrão do lado de fora da torcida e um cidadão com um cassetete do lado de dentro, que, por nada, quebrou toda a arcada dentária dele. Aí a arquibancada desceu. Foi terrível esse dia. Eu estava com filhos de 2 anos de idade e fui obrigado a me defender, para não deixá-los apanharem. Não importava o tamanho da criança e se eu estava com a mulher grávida ou não. Mas, enfim, isso é passado. Não vivemos o passado.

Nós temos que construir o futuro, principalmente essa juventude. O mundo vive uma violência terrível, em todos os sentidos. Então, lutar pela paz é responsabilidade de todos nós, mas empunhando a nossa bandeira, tendo o instrumento no campo, as bandeiras e as duas torcidas no mesmo estádio, assistindo aos jogos. Eu quero ter a oportunidade de ver o jogo contra o São Paulo, no Morumbi; contra o Palmeiras, no Parque Antártica; e quero ver a torcida adversária também na Arena Corinthians, para que possamos nos confraternizar, provocar os nossos adversários e sermos provocados por eles.

Torcida única, nunca mais! Torcida organizada, sempre!

Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Muito obrigado, nobre Deputado Goulart. Também discordo totalmente desse tipo de atitude com relação ao futebol, que é uma paixão nacional.

O Deputado Danrlei estava falando que um estádio sem torcida parece um treino, não tem ritmo de jogo. Então, não é jogo. De outro lado, também, acho que não é interessante.

Passamos a palavra ao nosso Alex Minduím, para fazer as suas considerações finais.

**O SR. ALEX MINDUÍM** - Deputado, quero agradecer mais uma vez o convite feito à Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil — ANATORG e dizer que estamos muito felizes e que vamos continuar à disposição da Casa, para discutir esses projetos que dizem respeito, acima de tudo, às torcidas organizadas, ao futebol e aos clubes.

Lamento muito a ausência de dirigentes aqui no plenário, sejam dos clubes, sejam da CBF. Lamento muito, pela segunda ou terceira vez, a ausência do Sr. Paulo Castilho, Procurador de São Paulo. Mas quero felicitar e parabenizar a Mancha Verde, a Gaviões da Fiel, a Força Jovem do Goiás, a JGT pela presença e dizer que a presença de vocês neste debate, que já vem ocorrendo há quase 15 meses aqui na Casa, fortalece muito essa batalha que a ANATORG vem travando junto com muitos Parlamentares, como o Andres Sanchez, Goulart, Danrlei e outros mais, que defendem a bandeira das torcidas organizadas, já participaram delas durante um período de suas vidas e entendem que elas são parte do espetáculo futebolístico.

Como instituição, nós nos colocamos à disposição dos clubes, das federações e de todas as torcidas organizadas. Como mencionei no início, temos rodado o País inteiro e vemos, em cada Estado, uma realidade. Mas, com as nossas ações, com todas as dificuldades que enfrentamos no sentido de esclarecer para as torcidas, para os clubes e para as federações o papel da ANATORG, nós temos tido alguns avanços.

Isso, de certa forma, nos deixa muito contentes, diante de toda uma série de dificuldades que são apresentadas à nossa instituição.

Quero também aproveitar a oportunidade para mandar meus parabéns e agradecer também ao Presidente reeleito do Internacional, o Marcelo Medeiros, que nos recebeu lá no dia da eleição. Ele teve a gentileza de receber a ANATORG, conversou conosco, falou



da importância do nosso trabalho em âmbito nacional, falou da nossa importância agindo lá no Estado do Rio Grande do Sul, junto com as torcidas organizadas do Internacional, junto com as torcidas organizadas do Grêmio. Ele também mencionou que, num futuro muito próximo, estaremos não só colocando para as torcidas organizadas as vantagens e desvantagens da participação ativa na arquibancada e fora dela, como também, na verdade, formas extrajogo de continuar ajudando os seus clubes, como na questão de receita ou na negociação com patrocinadores.

Essa tem sido uma fala da ANATORG e tem repercutido, sobretudo, no Estado do Ceará, em que comprovadamente estamos mostrando que o caminho é a festa na arquibancada, o caminho é o respeito às instituições, o caminho é o diálogo e, acima de tudo, a punição do indivíduo que venha a praticar algum tipo de arbitrariedade, e não da torcida organizada.

Para concluir, a ANATORG é totalmente contrária à instalação do sistema biométrico no País, por uma série de razões. Primeiro, pela questão de custo, que nenhum clube nem a CBF quer assumir. Segundo, porque partimos do pressuposto de que cada cidadão tem o seu próprio CPF, seu próprio RG e, supostamente, seu próprio endereço. Nós partimos do pressuposto de que ele está consumindo ali um produto para usufruto e também partimos do pressuposto de que esse cidadão tem responsabilidades civis a serem assumidas.

Então, a questão da biometria chega a ser algo totalmente descabido, porque o torcedor, de torcida organizada ou não, tem uma temporalidade de frequência ao estádio. Pesquisadores como Murad, Heloisa Helena Baldy, Bernardo de Hollanda mencionam que, via de regra, a temporalidade de alguém que entra numa torcida organizada, na arquibancada ou fora dela, é de no máximo 5 anos. Depois disso, Deputado, ele vai seguir a vida, vai seguir a trajetória do Deputado Goulart, que já está mais tranquilo quanto à frequência aos estádios, assim como eu, que também estou muito mais tranquilo quanto a isso. As pessoas têm que seguir a vida. A temporalidade, as obrigações, as prioridades se tornam outras.

Então, imaginem, a cada 5 meses ou a cada 5 anos ou a cada ano, a torcida ser responsável por aglutinar um novo cadastro e apresentar para o Ministério, apresentar para a CBF, apresentar para a federação, uma vez que falta estrutura para isso no País. Nem todos os clubes têm arenas, nem todos os clubes estão preparados tecnologicamente para



isso, embora boa parte das arenas já tenha estrutura para identificar *in loco* todo e qualquer tipo de torcedor que comete qualquer tipo de arbitrariedade dentro do estádio.

Hoje, se um torcedor, de torcida organizada ou não, cometer uma arbitrariedade dentro do estádio, ele sabe muito bem que uma câmera o foca com alta resolução e capta a íris dele se for o caso.

Diante disso, não vemos a necessidade da biometria, que vem sendo discutida aqui nesta Casa e nas Assembleias Legislativas dos respectivos Estados.

Além disso, somos totalmente favoráveis à venda de bebida alcoólica dentro dos estádios. Em outras oportunidades, nós já colocamos o motivo pelo qual somos favoráveis, até porque, se não houver bebida dentro dos estádios, o torcedor, de torcida organizada ou não, estará bebendo ou consumindo bebida alcoólica fora deles. Então, vemos isto como algo totalmente sem nexos: o camarada consome fora e não pode consumir lá dentro. E digo, mais uma vez: a responsabilidade é desse indivíduo.

Na última oportunidade em que estivemos nesta Casa, tivemos a felicidade de apresentar ao Deputado Federal Nilto Tatto uma proposta para se instituir o Dia Nacional das Torcidas Organizadas no País. Inclusive, gostaríamos que V.Exa. não só apreciasse o projeto, mas também o apoiasse, junto com o Deputado Goulart e o Deputado Danrlei. Isso é de extrema valia para nós, porque será um dia em que poderemos de fato ressaltar e exaltar o papel da torcida organizada dentro dos estádios, fora dos estádios e, acima de tudo, nos seus respectivos bairros, nos seus respectivos Estados, além de mostrar a quantidade de jovens que essas torcidas atendem e, acima de tudo, a contribuição cultural que elas dão através do carnaval, através dos blocos carnavalescos, seja na Bahia, seja em Pernambuco, seja no Maranhão.

Por fim, somos também favoráveis à setorização, para que haja, em âmbito local e nacional, a padronização de instrumentos que porventura possam adentrar nos estádios. Infelizmente o major não está aqui, mas chega a ser um erro do ponto de vista da divisão logística. Quando a torcida sai do seu respectivo Estado para outro, muitas vezes, não tem uma informação de quantos instrumentos pode levar ou mesmo se pode levá-los. Várias vezes, quando chegam ao outro Estado, veem que a legislação e as regras são distintas. Então, se houvesse uma padronização, facilitaria o trabalho do policiamento militar. Poderiam ser permitidos, por exemplo, sete instrumentos musicais, 14 bandeiras, uma ou duas faixas por torcida. Isso facilitaria a logística e também a entrada desse torcedor, de



torcida organizada ou não, nos estádios, bem como sua saída. Isso facilitaria inclusive o trabalho da própria PM.

Somos favoráveis, sim, ao fortalecimento de Juizado Especial Criminal — JECrim ou (*ininteligível*) nos estádios, mas que haja, mais uma vez, a punição do indivíduo. O promotor mencionou que há dificuldade de se punir uma agressão em que haja a participação de uma multidão. Nos debates de que participo, costumo dizer para o torcedor, de torcida organizada ou não, que hoje, em pleno século XXI, ano de 2018, há uma câmera para cada dez cidadãos, sobretudo, nas grandes metrópoles. Fora isso, há um instrumento chamado celular, que pode gravar qualquer tipo de ação a 10, 15 ou 20 metros, e o indivíduo é identificado. Então, sempre foi uma tolice, mas nos dias de hoje seria ainda mais, um torcedor, seja de uma torcida organizada ou não, querer participar de algum conflito. Os estudos mencionam que, quando isso ocorre, a participação nessa ação arbitrária é de 0,5% de torcedores, Promotor. Não são 5%, não são 10%, não são 15%, senão teríamos, na verdade, uma carnificina em dias de jogos.

Por fim, somos também contrários a essa questão de torcida única. Achamos também uma bobagem absurda. Está se seguindo o exemplo de outro país e foi implementado, sobretudo, no Estado de São Paulo. Os números demonstram de forma muito clara que, desde a instalação da torcida única, cinco mortes ocorreram. Além disso, houve o aumento da formação de gangues e, acima de tudo, a não identificação e o enfraquecimento das torcidas organizadas como um todo. Portanto, precisamos ser parceiros em busca da responsabilidade de cada um ou de cada uma que estiver participando dessa estrutura.

Mais uma vez, Deputado, a ANATORG agradece o convite. Estamos à disposição de todas as torcidas organizadas do nosso País, estamos à disposição dos Ministérios Públicos do nosso País, estamos à disposição dos clubes e, sobretudo, da CBF não só para esclarecer e orientar, mas também para direcionar muitas informações que detemos e poderiam ser benéficas, no sentido de contribuir com o futebol nacional.

Obrigado.

**O SR. GOULART** (PSD - SP) - Capitão Fábio Abreu, posso usar da palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Sim.

**O SR. GOULART** (PSD - SP) - Quero apenas dizer algo de que é importante dar conhecimento à Casa, uma vez que não estarei aqui.





Para mim foi uma honra trabalhar na Comissão do Esporte durante todo esse tempo. Quero cumprimentar a Alessandra e pedir para transmitir a todos os membros da Comissão um fraternal abraço.

Obrigado por tudo que fizeram pelo nosso mandato aqui.

Há um projeto de minha autoria que permite a comercialização de bebidas nos estádios, até porque não se sabe a origem do gelo e a origem da bebida quando o produto é vendido na rua. Há bebidas de má qualidade. Além disso, os estádios, os clubes brasileiros estão em condição falimentar. Essa seria mais uma forma também de os clubes receberem algum recurso. Os Estados estão liberando, porém entrei com o projeto, que já está tramitando. Há algumas dificuldades em algumas Comissões, mas ele caminha muito bem. O Deputado Danlei e outros colegas Deputados assumirão isso junto comigo. Eu estarei sempre aqui em Brasília lutando pela manutenção desse projeto e por sua aprovação. É importante que haja uma lei de âmbito nacional.

Queria também dizer ao Dr. Pedro que tenho uma relação muito próxima e fina tanto com a Associação Paulista de Magistrados — APAMAGIS, como também com a Associação Paulista do Ministério Público. Temos feito embates aqui na Câmara, e estou sempre em defesa dos direitos conquistados pelos Promotores.

Atravessamos também períodos difíceis com alguns colegas seus em São Paulo e em outras partes do Brasil. Não é o caso hoje de São Paulo, porque o promotor que é responsável hoje pela questão das torcidas tem tido um diálogo importante com elas. Mas, em determinados momentos, alguns colegas seus preferiam agir de outra maneira no caso de qualquer incidente que ocorresse extracampo, considerando que 99% desses incidentes acontecem no trajeto entre o estádio e o bairro. Se, por acaso, o promotor entrasse com uma ação contra o agressor, ele não dava entrevista na televisão. Agora, se ele entrasse com uma ação para extinguir a torcida, saía na Rede Globo. Então, algumas pessoas se fizeram em cima disso, inclusive para o mundo político, tentando entrar com ação para extinguir a torcida organizada. Isso nos machucou muito. É muito importante que promotores tenham bom senso e realmente não usem uma ação para fechamento de torcida com o fim de se autopromover. Isso infelizmente ocorreu muito no meu Estado.

Então, é muito importante que haja diálogo, para que possamos realmente chegar ao que todos nós queremos: paz e harmonia. Sonhamos muito juntos com essa união das torcidas em âmbito nacional — eu, Flávio La Selva e vários outros parceiros de vários outros



Estados. Nos anos 80, nos anos 90, em vários Estados, tive a oportunidade de participar de reuniões como essa que o Minduim está fazendo e coloco-me à disposição.

Saudações corinthianas!

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo.

**O SR. RODRIGO GONZALEZ TAPIA** - Deputado, mais uma vez, muito obrigado mesmo, porque o senhor chamou as torcidas organizadas. Acho que o caminho é esse. Para se tomar uma decisão, tem que sentir, tem que escutar. Eu até espero que essa mensagem chegue para o Deputado Major Olimpio, porque ele nunca teve oportunidade de conversar com o Presidente, nunca teve oportunidade de conversar com o André e saber que somos pais de família.

O Deputado Goulart está presente e me conhece desde pequeno. Ele conhece meus dois filhos, conhece a minha esposa, que foi criada dentro de uma entidade, dentro da Gaviões. Hoje ela já está indo para a terceira faculdade, trabalha há 12 anos na mesma empresa e é de torcida organizada.

De coração, obrigado mesmo.

Eu quero até marcar um dia com o senhor, depois desta audiência, para falar sobre os projetos sociais que as torcidas organizadas fazem. Eu acho que não tenho nem tempo, e o senhor também não, de falar de todos os projetos sociais que fazemos. A Gaviões não é só futebol, é sociedade. Temos muita coisa, muito material. Então, depois eu queria marcar com o senhor para eu vir aqui mostrar todas as imagens que temos, todos os materiais, todas as crianças que ajudamos, que não são poucas, são muitas famílias.

Mais uma vez, muito obrigado pelo espaço. Estamos juntos. Pode contar com a Gaviões da Fiel.

Já estamos fazendo um trabalho em São Paulo junto com a Mancha Verde, com a Independente, e com a Força Jovem. Queremos sair desse problema da violência que está acontecendo. Foi como o André falou: o problema não é a torcida, é a nossa sociedade que está poluída. Algumas pessoas usam essa imagem da violência associada à torcida organizada. Acho que é mais fácil, não é? Vamos punir a torcida organizada ou vamos mexer mesmo na ferida?

Muito obrigado pelo espaço. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Muito obrigado, Rodrigo.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Sampaio, da torcida Força Jovem, do Vasco.

**O SR. PEDRO SAMPAIO** - Eu queria me referir aqui a algumas citações sobre a Força Jovem, feitas principalmente pelo Dr. Pedro Rubim, do Ministério Público.

O doutor citou que só 10% das torcidas que assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta — TAC foram punidas e afastadas dos estádios. O curioso é que 10% de 50 são cinco, dos quatro grandes clubes do Rio. Fica claro que a maior torcida de cada clube teve uma punição. Isso tem que ser avaliado. As maiores torcidas — maiores por ter mais membros; não vou nem dizer associados —, na grande maioria, estão na arquibancada há mais de 40 anos e, por isso, têm uma aceitação maior e atraem mais torcedores. É óbvio que o tamanho da torcida é fundamental para facilitar a punição dela. É óbvio que o criminoso escolhe se camuflar onde há mais gente, não onde há 15 ou 30 pessoas. Ele vai escolher uma torcida gigante. Então, isso deve ser pensado.

Ele falou muito também sobre a autocrítica. Da nossa parte, a autocrítica é feita sim. Nós tentamos afastar os membros, principalmente os diretores e lideranças, que não só cometeram crime, mas também trouxeram essas punições para a torcida. Nós tentamos ter um relacionamento bom com o Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos — BEPE, mesmo não sendo chamados para as reuniões. Entendemos que não somos chamados devido ao nosso afastamento. Mesmo assim, mensalmente eu bato à porta do batalhão, tento contato e recebo contato. Eu não tenho crítica nenhuma a fazer sobre o BEPE. O capitão me atende muito bem, o sargento me atende muito bem e me orienta.

Eu gostaria que o Ministério Público também abrisse a porta para conversar. Esse termo foi assinado em 2011 e, desde então, o Ministério Público chega, empurra e fala: "*Você assinou, tem que cumprir*". Só que as pessoas que o assinaram em 2011 não são as mesmas que estão aqui hoje. E nós enfrentamos muitos problemas. Eu queria muito que o Ministério Público abrisse as portas, para expormos os problemas da torcida e, juntos, tentarmos resolver e prevenir isso.

Estou estourando o tempo.

Agradeço à Comissão do Esporte pelo convite. É uma grande satisfação estar aqui. Vamos nos fazer presentes sempre que convidados. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Muito obrigado, Pedro, pelas palavras.



O André Guerra vai querer falar?

**O SR. ANDRÉ GUERRA** - Só para finalizar, Deputado Capitão Fábio, quero fazer das palavras deles as minhas: agradecer a oportunidade.

Estamos aqui para mostrar que existe uma liderança e dizer qual é o nosso ideal — assim como o Deputado Goulart, que contou a história dele, a trajetória dele na arquibancada —, por que nasceu a torcida, qual é a finalidade dela. Eu acredito que, se acabarem as torcidas, o futebol vai morrer um pouco. O Deputado Danrlei foi feliz também ao falar sobre o que aconteceu na Argentina. Uma final da Libertadores ser realizada na Espanha é uma vergonha! Não existe isso.

O senhor perguntou em relação aos nossos projetos sociais. Acredito que todas as torcidas os têm. E não fazemos isso com demagogia, não; fazemos isso porque 80% a 90% da nossa molecada, da nossa rapaziada são da periferia, são do povão brasileiro, recebem um salário mínimo ou um salário mínimo e meio e necessitam de ajuda, sim. Neste ano, nós promovemos diversas ações, como doação de sangue e de agasalho, ajudamos na questão humanitária quando um prédio caiu lá em Paiçandu. Acho que a Gaviões também fez a mesma coisa. No Natal, temos uma campanha chamada Natal Alverde e, no ano passado, doamos 15 toneladas de alimentos. A meta é dobrar essa quantidade em 2018.

Fora isso, além da torcida, nós temos outra instituição, a escola de samba, que também desenvolve diversos trabalhos, como ensinar a tocar um instrumento, a formar um ritmista. Todos os anos, há cerca de 400 pessoas inscritas para poder aprender a tocar um ritmo. Nós temos aulas de esportes dentro da nossa quadra, como boxe, futebol e outros esportes. Acreditamos que tirar o jovem da rua para ensinar algum esporte vai ajudá-lo na disciplina e no futuro. Temos outras atividades, mas a nossa finalidade maior é o futebol.

Para o senhor ter uma ideia, hoje temos subsedes da torcida, da Mancha, em todas as grandes capitais do País. No Piauí, temos uma em Teresina e temos um movimento em Pedro Segundo também. Eles são fortes e sempre estão em São Paulo vendo jogo. Se a torcida acabar, vai mexer não só com quem está em São Paulo, mas no Brasil inteiro.

Eu fico feliz que a opinião do Ministério Público não seja a de extinção das torcidas, mas de uma regulamentação, de um controle maior. Também acho que as torcidas têm que repensar, sim, que têm que fazer uma reflexão. Mas eu acredito que quem ganha com o futebol não está interessado nessa questão.



Eu acho que a maior violência, Deputado, é um torcedor ter que assistir a um jogo às 10 horas da noite, o jogo acabar meia-noite, e ele não ter um transporte público para voltar para casa. Essa é a maior violência. Quem promove o futebol não está preocupado com isso não, a federação, a Rede Globo. Acho que essa é a maior violência. Temos que repensar muita coisa.

Para finalizar, quero dizer que as torcidas não são as causadoras da violência, não. Elas são a solução do problema, desde que quem esteja na estrutura do futebol queira resolver o problema. Não podemos nos esquecer do País em que vivemos, que é totalmente desigual e que tem vários problemas, principalmente na questão da violência. Se eu não me engano, só 6% ou 7% dos homicídios são solucionados no Brasil. A impunidade não está só dentro do futebol, está no Brasil inteiro.

Espero que possamos repensar, dialogar e debater. Se acabarmos com as torcidas, eu acredito que vai morrer um pedaço do futebol.

Estou à disposição da Comissão. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Obrigado, André.

Com a palavra o Cleomar Marques.

**O SR. CLEOMAR MARQUES** - Serei bem rápido, nobre Deputado. Acho que o Presidente da ANATORG, o Alex Minduím, já falou quase tudo.

Eu só queria acrescentar aqui, bem rapidamente — a sua equipe está fazendo toda essa pesquisa, coletando as opiniões —, que nós já tivemos duas audiências públicas na Comissão Senado do Futuro, onde estiveram várias instituições, entre elas a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados, associações de comandantes de polícia dos Estados, todos com esse mesmo pensamento de que o fim das organizadas não é a solução. E eles também são contrários à criminalização das torcidas organizadas.

Desejo que V.Exa., Deputado, junto com a sua equipe, busque realmente fazer essa pesquisa, com todos os dados. Nós temos o exemplo da torcida única em Goiás, onde aumentou o índice de homicídios. Em São Paulo, foi da mesma forma. Em contrapartida, isso aumenta o público dentro dos estádios. Mas os assassinatos fora deles continuam.

Pedimos coerência para, realmente, analisar e pesquisar isso tudo, porque já é provado que o fim das organizadas não é a solução.

Por ser de uma cidade vizinha, por viver em Goiânia, eu tenho acompanhado todos esses projetos aqui em Brasília. Com certeza, no ano que vem estaremos aqui várias vezes.



Estamos à inteira disposição da Comissão para contribuir com a sua equipe.

Obrigado por mais esta oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Capitão Fábio Abreu. PR - PI) - Agradeço o Sr. Cleomar Marques.

As nossas considerações finais são no sentido de que esta audiência pública foi muito esclarecedora por vários aspectos e pelos vários representantes que estiveram aqui. Primeiramente, mostrou-se que as torcidas organizadas estão dispostas a debater, estão dispostas a colaborar. Todas as vezes em que são convocadas, elas comparecem. Alguns setores costumam emitir opiniões. E aí é que digo do reforço da ideia da imagem das torcidas, o que deve ser trabalhado pelas próprias torcidas organizadas para a população de um modo geral.

Nós temos setores do próprio Ministério Público que têm esse compromisso. A partir do momento em que você conhece o problema, a partir do momento em que você participa, eu tenho certeza de que a sua convicção e a sua ideia mudam totalmente, se você tem uma ideia contrária.

Podem ter certeza de que, em nosso relatório, nós vamos levar em consideração todos os pontos elencados aqui, todas as ideias. Eu acho realmente que a visão radicalista de qualquer assunto nunca vai ser produtiva. Seria muito mais simples se você quisesse discutir um assunto para erradicá-lo, para acabar com determinados problemas. Se isso fosse a solução, mas sabemos que não é. É por isso que propusemos esta discussão.

Saibam que todos os que aqui participam colaboraram sobremaneira para o nosso relatório, que vai ser emitido neste ano ou no início da próxima Legislatura. Eu fui reeleito e espero ainda participar desta Comissão.

Com certeza, tivemos aqui um esclarecimento total das dúvidas que nós tínhamos em relação às torcidas organizadas.

Agradeço a presença de todos. Muito obrigado pela participação.

O Ministério Público foi fundamental, os representantes das torcidas também, assim como os representantes da Polícia Militar. É uma pena que os representantes da imprensa não tenham tido esse mesmo compromisso, mas vamos tomar as nossas decisões relacionadas a este projeto com base no que foi discutido aqui hoje.

Então, finalizados os debates, vamos encerrar esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO – DETAQ

CD - 57

CESPO (Reunião, Audiência Pública)

12/12/2018

---

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)